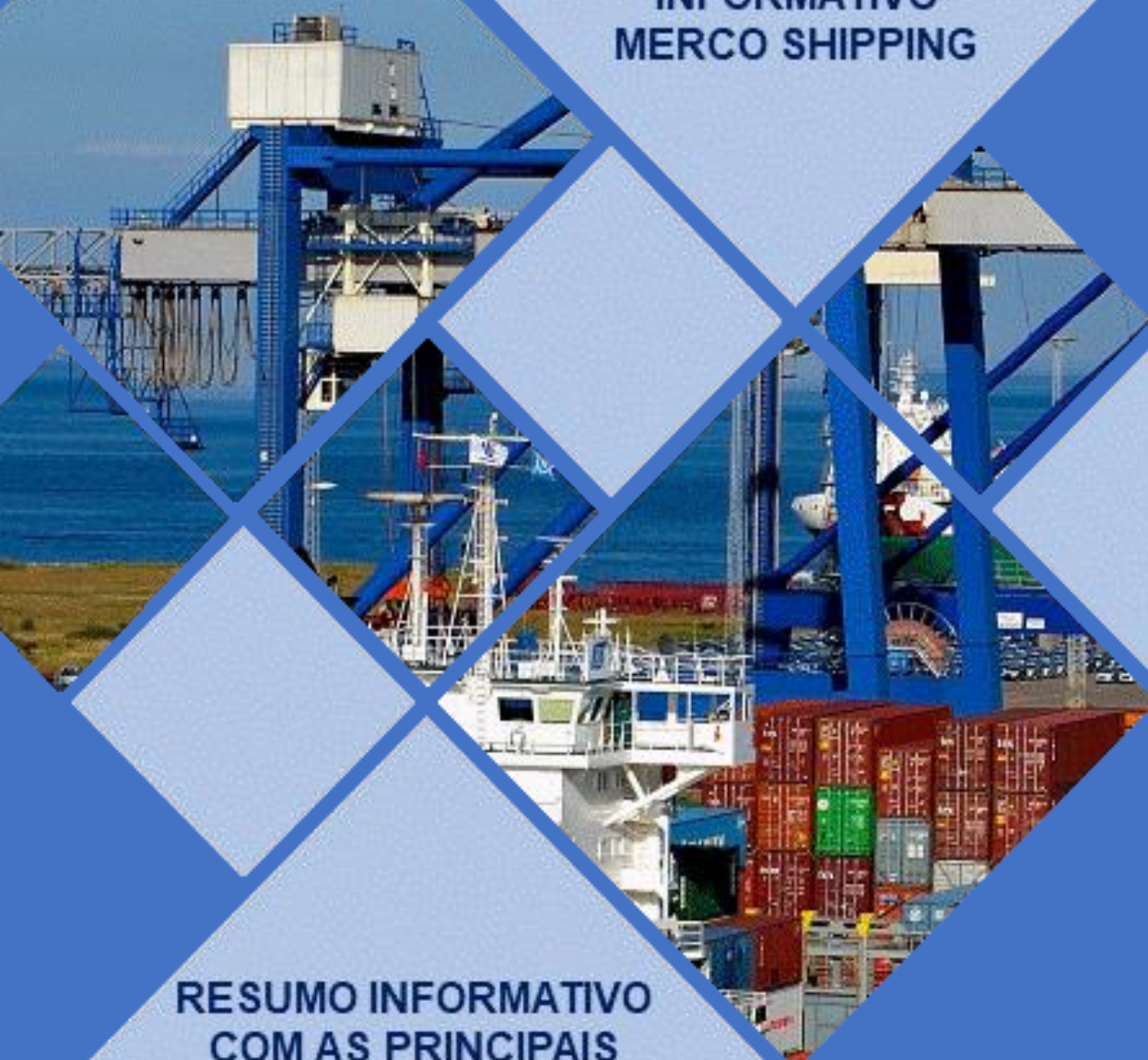


INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 182/2023
Data: 01/11/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
LOGÍSTICA PORTUÁRIA É FUNDAMENTAL PARA MAIOR EFICIÊNCIA NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS.....	4
PORTO DE SANTOS TERÁ 14 ESCALAS DE CRUZEIROS MARÍTIMOS EM NOVEMBRO.....	5
SETOR PORTUÁRIO DEBATE, EM SANTOS, AMPLIAÇÃO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS NO PAÍS	6
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS ATINGE RECORDE DE 16,2 MILHÕES DE TONELADAS EM SETEMBRO	8
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	9
GOVERNO FEDERAL VAI CRIAR UM ONS DOS COMBUSTÍVEIS.....	9
RAQUEL LYRA FAZ MAIS UMA TROCA NO SEU SECRETARIADO	10
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	10
CONSULTA PÚBLICA - DEFINIDA A DATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CANAL DE ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	11
AVIAÇÃO - PROPOSTA QUE PREVÊ USO DO FNAC COMO GARANTIA DE EMPRÉSTIMO PARA SETOR AEROPORTUÁRIO É APROVADA EM COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	12
HIDROVIAS - DRAGAGEM GARANTE NAVEGABILIDADE NOS RIOS AFETADOS PELA ESTIAGEM NO NORTE DO BRASIL.....	12
MPOR INSTITUI PRIMEIRO FÓRUM VOLTADO AOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS	13
COSTA FILHO PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA “CONHEÇA O BRASIL: REALIZA”, LANÇADO PELO MTUR E BANCO DO BRASIL.....	14
PORTAL PORTO GENTE.....	14
VIGÍLIA NO PORTÃO 8 DO PORTO DE SANTOS CONTRA DEMISSÕES ARBITRÁRIAS DOS MARINHEIROS DO IO-USP.....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	15
EDITORIAL – DIÁLOGO E QUALIFICAÇÃO.....	15
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	16
Região Norte 1.....	16
Região Norte 2.....	16
Voa Brasil.....	16
Porto Seco.....	16
NACIONAL - MPOR CRIA PRIMEIRO FÓRUM VOLTADO AOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS	17
REGIÃO SUL - AUDIÊNCIA DA CONCESSÃO DO CANAL DE PARANAGUÁ É MARCADA PARA NOVEMBRO	18
REGIÃO SUDESTE - DUBAI QUER AMPLIAR EXPORTAÇÕES DE COMMODITIES DE SP.....	19
REGIÃO NORTE - PROJETO DE 1ª ZPE DA REGIÃO NORTE É TRATADO COMO PRIORIDADE NO PARÁ	20
REGIÃO SUDESTE - PF REALIZA OPERAÇÃO CONTRA O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS VIA PORTO DE SANTOS	21
REGIÃO NORDESTE - PORTO DE FORTALEZA TEM MOVIMENTAÇÃO EXPRESSIVA DE CONTÊINERES EM SETEMBRO	22
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	23
PORTO DE MACEIÓ VAI CONQUISTAR AUTONOMIA ATÉ O FIM DO ANO, DIZ MINISTRO DOS PORTOS E AEROPORTOS	23
SEGUNDA REUNIÃO DOS SIGNATÁRIOS DO MANIFESTO ESG DÁ INÍCIO AO COMPARTILHAMENTO DE AÇÕES NO PORTO DE SANTOS	23
COM PROMESSA DA MAIOR TEMPORADA DE CRUZEIROS, MSC DÁ PONTAPÉ INICIAL EM CRONOGRAMA	25
SÃO PAULO RESPONDE POR 1/3 DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES TOTAIS DO BRASIL PARA OS EUA	26
ESTAMOS AQUI PARA AUMENTAR AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E INDONÉSIA, AFIRMA FÁVARO	27
JORNAL O GLOBO – RJ.....	28
BANCO CENTRAL REDUZ JUROS PARA 12,25% E INDICA NOVO CORTE DE MEIO PONTO NA PRÓXIMA REUNIÃO	28
AUXILIARES DE LULA TEMEM ‘DILMA 3’ COM MANUTENÇÃO DE DÉFICIT ZERO PARA 2024.....	29
APÓS REUNIÕES COM LULA, HADDAD DIZ QUE NÃO VAI ANTECIPAR 'ESTRATÉGIA' E EVITA RESPONDER SOBRE META FISCAL	30
BANCO CENTRAL MANTÉM O MESMO RECADO AO GOVERNO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE CUMPRIR A META FISCAL.....	30
CAMPOS NETO, GALÍPOLO E DIRETORES DO BANCO CENTRAL PARTICIPARAM DE PROTESTO DE SERVIDORES.....	31
ENTENDA EM CINCO PONTOS POR QUE A ARRECADAÇÃO DO GOVERNO ESTÁ EM QUEDA	32
LULA ANUNCIA OPERAÇÃO DE GLO EM PORTOS E AEROPORTOS NO RIO E EM SÃO PAULO PARA CONTER CRIME ORGANIZADO.....	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	36
HADDAD ADMITIU POSSIBILIDADE DE MUDAR META FISCAL, MAS QUERIA EM 2024; LEIA BASTIDOR	36
META FISCAL: MINISTROS E EQUIPE ECONÔMICA CONSULTAM RELATOR DA LDO SOBRE MUDANÇA	38
PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA FICA ESTAGNADA NO TERCEIRO TRIMESTRE, APONTA O IBGE	39
MERCADO LIVRE DE ENERGIA PREPARA SUA MAIOR EXPANSÃO	41



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 182/2023
Página 3 de 56
Data: 01/11/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

‘PROCESSO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ESTÁ UM POUCO DEVAGAR EM BRASÍLIA’, DIZ CEO DA SAINT-GOBAIN	42
VALOR ECONÔMICO (SP).....	46
HIDROVIAS DO BRASIL DIZ QUE OPERAÇÕES NO CORREDOR NORTE APRESENTAM RESTRIÇÕES EM ALGUNS PONTOS	46
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DETERMINA A FACEBOOK E GOOGLE QUE RETIREM PROPAGANDA FALSA SOBRE ‘VOA BRASIL’	47
LULA DEVE ANUNCIAR OPERAÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM EM PORTOS E AEROPORTOS, DIZ FONTE.....	48
BRASIL TEM DESAFIO DE DOBRAR EM UMA DÉCADA ÁREA AGRICULTÁVEL SEM DESMATAMENTO	49
OSX CONSEGUE LIMINAR QUE SUSPENDE PRAZO DE COBRANÇA DE OBRIGAÇÕES E DÉVIDAS POR 60 DIAS	50
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	51
ARRECADAÇÃO DO AFRMM TEM QUEDA DE 65% NO ACUMULADO DO ANO.....	51
FEDERAÇÕES DEFENDEM QUE FÓRUM APROFUNDE DEBATE SOBRE RECURSOS PARA TREINAMENTOS	52
CHUVAS EM SANTA CATARINA PROVOCAM ATRASOS NO DESEMBARQUE DE CONTÊINERES.....	54
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	56
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	56



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

LOGÍSTICA PORTUÁRIA É FUNDAMENTAL PARA MAIOR EFICIÊNCIA NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Entenda como os conceitos de complexo fixo, administração e operação se aplicam no Porto de Santos

Por: *Ted Sartori*



Controle alfandegário faz parte da Administração, uma das divisões da logística portuária Foto: Arquivo

A logística portuária é uma parte crucial do sistema de transporte global, pois desempenha um papel fundamental na eficiência da movimentação de mercadorias por via marítima. Como ocorre em outros setores, a logística portuária também é dividida em três partes principais: complexo fixo, administração e operação. A Tribuna mostra hoje como esses conceitos se aplicam no Porto de Santos, o principal complexo brasileiro e o maior do

Hemisfério Sul.

O Porto de Santos se destaca em praticamente todas as etapas, com o trabalho feito praticamente sem interrupções nos terminais portuários. Afinal, eles são instalações essenciais onde as mercadorias são movimentadas entre navios, caminhões, trens e outros meios de transporte, com o objetivo de minimizar o tempo e o custo envolvidos no processo. Em Santos, os terminais são operados por empresas privadas. Em outros portos, esse papel também é cumprido por autoridades portuárias ou outras entidades governamentais.

O complexo fixo se refere à infraestrutura física do terminal portuário. Isso inclui cais, píeres, armazéns, pátios de estacionamento, instalações para carga e descarga e outras estruturas permanentes necessárias para o manuseio de mercadorias. “Nesse grupo, o Porto de Santos se sobressai no contexto nacional ou internacional por toda a infraestrutura implementada ao longo de séculos. Porém, dado seu tamanho, quando há problemas, eles são grandes”, observa o consultor portuário Ivam Jardim.

Por sua vez, a parte de administração no porto santista envolve o gerenciamento de todas as operações e os serviços do terminal. Isso inclui agendamento de navios, gestão de recursos humanos, gestão de segurança, controle de inventário, serviços aduaneiros, gestão de documentos e todos os processos burocráticos envolvidos. As autoridades portuárias ou empresas privadas que administram o terminal são responsáveis por garantir que todas as operações ocorram sem problemas, cumprindo as regulamentações locais e internacionais.

“Nesse grupo, o Porto de Santos é referência nacional, sempre muito bem atualizado com as referências internacionais praticadas no exterior”, afirma Jardim. Atualmente, o complexo santista, por onde passam 30% das trocas comerciais brasileiras, conta com 55 terminais nas margens Direita (Santos) e Esquerda (Guarujá).

Por fim, a operação é a parte mais dinâmica e envolve o manuseio real das cargas. Isso inclui o carregamento e descarga de navios, a movimentação de cargas entre embarcações, caminhões,

trens e armazéns, a organização eficiente das operações para minimizar o tempo de espera e maximizar o uso dos equipamentos de manuseio de carga.

A eficiência da operação é crítica para reduzir custos e tempo de trânsito das mercadorias, bem como para evitar atrasos nas entregas. Já esse grupo trata da conclusão do complexo fixo com a administração. Se faltar um ou outro, a operação ficará prejudicada. “No Porto de Santos, hoje, sem dúvidas, o que prejudica a operação são os problemas na acessibilidade rodoviária, ferroviária e aquaviária”, sentencia o consultor portuário.

Na rodoviária, segundo Ivam Jardim, há a urgente necessidade de mais uma rodovia para vencer na Serra do Mar. Na ferroviária, existe no curto prazo a execução, mantendo as operações, dos investimentos dentro do Porto de Santos planejados pela Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips). “E na parte aquaviária, o aprofundamento do canal de acesso para 16 metros no curto prazo e posterior alcance dos 17 metros, sendo mantido o ritmo da dragagem de manutenção”, completa Jardim.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 01/11/2023

PORTO DE SANTOS TERÁ 14 ESCALAS DE CRUZEIROS MARÍTIMOS EM NOVEMBRO

Cinco transatlânticos atracarão na região, entre eles o MSC Grandiosa, que estreia em águas brasileiras

Por: Bárbara Farias



O MSC Preziosa, que abriu a temporada no último domingo, retornará ao Porto de Santos amanhã, às 8 horas Foto: Sílvio Luiz/AT

Novembro chegou e, com ele, as chegadas e partidas de transatlânticos no Porto de Santos, para muitos considerada uma das principais atrações turísticas, em especial, na Ponta da Praia. Cinco navios de cruzeiros farão 14 escalas até o fim do mês no Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais. Um dos mais esperados na temporada 2023/2024, o MSC Grandiosa fará a sua estreia em águas

brasileiras na Cidade. As demais atrações são MSC Preziosa, Le Lyrial, Costa Favolosa e MSC Lirica.

Quem passar o feriado prolongado de Finados na Baixada Santista terá a oportunidade de conferir as passagens de dois transatlânticos pelo canal do estuário santista. O primeiro é o MSC Preziosa, que abriu a temporada no último domingo e retornará ao Porto amanhã. Além dessa, haverá outras oito escalas da embarcação. Em todas as datas, a previsão de chegada é às 8 horas e a de saída às 18h.

Já na sexta-feira, será a vez do navio de longo curso Le Lyrial, da armadora Ponant, que tem capacidade para 244 hóspedes, com chegada prevista às 7 horas e saída às 17 horas.

A principal atração desta temporada brasileira é o MSC Grandiosa, que atracará no Porto de Santos no dia 25, um sábado, às 6 horas, fazendo a sua estreia no Brasil, com saída prevista às 19 horas. O transatlântico fará embarques em Santos, retornando no dia seguinte, às 18 horas, com partida às 6 horas do dia 27. O MSC Grandiosa tem capacidade para 6.300 hóspedes, 2.421 cabines e 19 andares.

Também no dia 27, será a vez do Costa Favolosa atracar em Santos, por volta das 8 horas. A saída deverá ocorrer às 18 horas. O navio tem 524 cabines. Por sua vez, o MSC Lirica, com 992 cabines, encerrará a programação de escalas do mês, no dia 30.

A temporada de cruzeiros 2023/2024 no Porto de Santos ocorrerá até 3 de maio, com duração de pouco mais de seis meses. Ao todo, 15 navios atracarão no Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini.

O Porto de Santos deverá receber 917 mil cruzeiristas ao longo da temporada, o que equivale a 60% dos passageiros que circularão pelos portos brasileiros entre embarques, desembarques e em trânsito, movimentando mais de R\$ 1 bilhão no Litoral Paulista e Grande São Paulo, segundo a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil).

CONFIRA OS HORÁRIOS

Data	Navio	Chegada	Partida
Amanhã	MSC Preziosa	8h	18h
Sexta	Le Lyrial	7h	17h
Domingo	MSC Preziosa	8h	18h
Dia 9	MSC Preziosa	8h	18h
Dia 12	MSC Preziosa	8h	18h
Dia 15	MSC Preziosa	8h	18h
Dia 18	MSC Preziosa	8h	18h
Dia 21	MSC Preziosa	8h	18h
Dia 24	MSC Preziosa	8h	18h
Dia 25	MSC Grandiosa	6h	19h
Dia 26	MSC Grandiosa	18h	6h (dia 27)
Dia 27	Costa Favolosa	8h	18h
Dia 28	MSC Preziosa	8h	18h
Dia 30	MSC Lirica	8h	18h

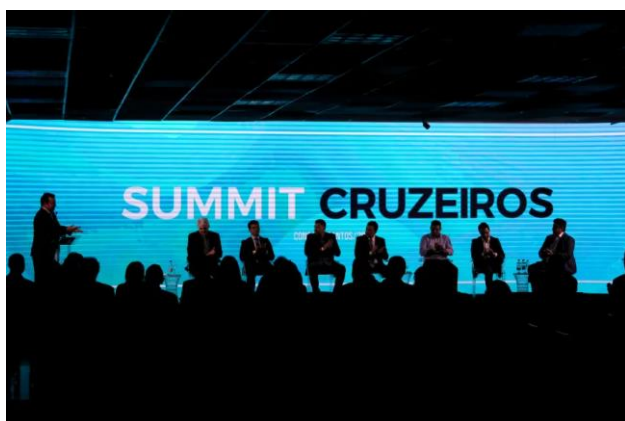
Fonte: Concais Foto: Arte/AT

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 01/11/2023

SETOR PORTUÁRIO DEBATE, EM SANTOS, AMPLIAÇÃO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS NO PAÍS

Summit Cruzeiros, promovido pelo Grupo Tribuna, aborda exemplos de sucesso e desafios a serem superados

Por: Bárbara Farias



Summit reuniu nesta segunda-feira (30) os principais nomes do setor de cruzeiros marítimos no Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, no Porto de Santos Foto: Sílvio Luiz/AT

Cruzeiros o ano inteiro no Porto de Santos, o maior complexo logístico do Hemisfério Sul. Esse é um anseio de armadores, autoridades e empresários que participaram do Summit Cruzeiros, promovido pelo Grupo Tribuna, nesta segunda-feira (30), no Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais. Para atingir esse



objetivo, os especialistas apontaram que é preciso investir em infraestrutura e reduzir custos.

Em seu discurso inicial, o presidente do Concais, Luis Floriano, comemorou as conquistas de 25 anos de atividade da companhia no Porto. “Nesse período, passaram pelo Concais mais de 12 milhões de passageiros, 4 milhões de tripulantes, e tivemos 3.500 escalas e 321 navios. É uma história muito interessante e grandiosa. O Concais investe muito em tecnologia e segurança para atender às normas e garantir conforto aos passageiros”.

Com a palavra, o diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini, frisou que o Grupo Tribuna sempre acreditou na força dos cruzeiros marítimos. “É uma pena que essa atividade ainda é sazonal. Ela se limita a um período de quatro a sete meses contínuos. Assim como o Concais acreditou no segmento, nós acreditamos que falta pouco para uma temporada em que os cruzeiros estarão aqui o ano todo”.

O presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil), Marco Ferraz, também celebrou os 25 anos do Concais e a expectativa pela temporada 2023/2024, que em Santos teve seu início no domingo. “O Porto de Santos deverá receber 917 mil passageiros. Seis em cada dez cruzeiristas passam pela cidade e a expectativa é que a temporada gere mais de R\$ 1 bilhão para a economia da Baixada Santista e para São Paulo”.

Outro entusiasta de cruzeiros o ano inteiro é o prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos). No entanto, ele aponta os gargalos que carecem de solução. “Quais são os problemas para ampliar a temporada no Brasil? Taxa e combustível”. Por esse motivo, ele celebrou a redução das taxas no Porto de Santos em até 60% para transatlânticos, instituída pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

“Nós também precisamos reduzir o custo dos combustíveis, isso passa pelo avanço tecnológico porque nós precisamos buscar alternativas nas matrizes energéticas, até porque se pede que os navios trabalhem com outras matrizes. O porto do futuro é sustentável”, ressaltou.

A importância da temporada de cruzeiros foi lembrada pelo deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) em seu discurso no Summit. “O turismo é um vetor fundamental para o desenvolvimento econômico da Baixada Santista e precisa do apoio do setor privado, do Município, do Estado e, também, do Governo Federal”.

Competitividade

O presidente da Costa Cruzeiros, Dario Rustico, disse que o Brasil tem mercado, mas precisa se tornar mais competitivo. “O Brasil tem tudo para ter navios o ano inteiro, é um grande destino e tem viajantes que gostam de navio. O problema não é comercial, mas de infraestrutura e custo de taxas portuárias e combustível. Hoje, o País não pode receber navios maiores e os que são alimentados por GNL (gás natural liquefeito). É preciso competir com outros mercados, como Caribe, Mediterrâneo, Emirados e sudeste asiático”.

Em sua participação no evento, o presidente da MSC Cruzeiros, Adrian Ursili, disse que Santos responde por mais de 70% dos embarques e desembarques de hóspedes da armadora. “Seguimos empenhados em trabalhar junto com Santos para trazer navios e olhar os desafios e gargalos. Há uma limitação na infraestrutura nacional, uma carga tributária ainda muito forte, um custo operacional e portuário alto, índice de judicialização alto, insegurança jurídica e burocracia que inviabilizam a operação por 12 meses, como acontece no Caribe e na Europa, que são mercados consolidados”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/10/2023

PROGRAMA FEDERAL QUER SIMPLIFICAR TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS NO SETOR PORTUÁRIO

Navegue Simples será lançado pelo Ministério de Portos e Aeroportos até dezembro

Por: ATribuna.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, abordou o tema em reunião na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O Ministério de Portos e Aeroportos pretende lançar até dezembro o programa Navegue Simples. A iniciativa tem como objetivo simplificar o trâmite de processos para todos os tipos de outorgas portuárias.

Atualmente, esses trâmites duram entre dois e três anos. Com o Navegue Simples, a expectativa é que o tempo caia para de 6 a 8 meses. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, abordou o tema em reunião na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na última semana.

"É uma forma de acelerar a carteira de empreendimentos portuários no Brasil", comentou.

O programa acontecerá em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Tribunal de Contas da União (TCU) para desburocratizar o setor e agilizar novas autorizações de terminais de uso privado (TUPs).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/10/2023

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS ATINGE RECORDE DE 16,2 MILHÕES DE TONELADAS EM SETEMBRO

"O crescimento foi de 19% sobre o mesmo período do ano passado", disse a Autoridade Portuária em nota

Por: ATribuna.com.br



Commodities como milho, soja e açúcar foram determinantes para o crescimento Foto: Vanessa Rodrigues/AT

A movimentação de cargas no Porto de Santos em setembro somou 16,2 milhões de toneladas, novo recorde mensal. "O crescimento foi de 19% sobre o mesmo período do ano passado (13,6 milhões de toneladas)", disse a Autoridade Portuária em nota. O recorde anterior foi registrado em junho, de 15,6 milhões de toneladas.

Em setembro, as exportações somaram 12,3 milhões de toneladas, 26,9% mais que no mesmo mês de 2022 (9,7 milhões de toneladas). Já as importações recuaram 0,7%, para 3,8 milhões de toneladas. "No acumulado do ano, os embarques totalizaram 95,7 milhões de toneladas, um crescimento de 6,3%, enquanto as importações chegam a 31,8 milhões de toneladas, queda de 5,3%."

Commodities como milho, soja e açúcar foram determinantes para o crescimento. Conforme o porto, o milho somou 4,0 milhões de toneladas em setembro e quase dobrou a movimentação em relação ao mesmo mês do ano passado (2,1 milhões de toneladas), crescimento de 91,9%.

A soja cresceu 47,3%, totalizando 863,4 mil toneladas, e o açúcar chegou a 2,7 milhões de toneladas, aumento de 32,7%. "No acumulado do ano o milho soma 11,6 milhões de toneladas (mais 35,9%), a soja 28,6 milhões de toneladas (mais 17,3%) e o açúcar 15,6 milhões de toneladas (mais

8,1%). A soma dessas três commodities representam 44% da movimentação global do Porto de Santos, acumulada de janeiro a setembro", disse a Autoridade Portuária.

Na importação, em setembro foram destaque adubo (834,8 mil toneladas, ou mais 31,4%), enxofre (195,6 mil toneladas, ou mais 146,5%), sal (135,0 mil toneladas, ou mais 56,4%) e a soda cáustica (109,4 mil toneladas, ou mais 53%).

Os graneis sólidos somaram em setembro 9,5 milhões de toneladas, aumento de 52%, devido o desempenho do milho, soja, açúcar e adubo. No acumulado do ano somam 70,4 milhões de toneladas, um acréscimo de 11,7%. Os graneis líquidos, em setembro, atingiram 1,7 milhão de toneladas, aumento de 2%, com destaque para o movimento de óleo combustível (mais 22,4%), óleo diesel (mais 49,9%), soda cáustica (mais 53%) e gasolina (mais 83,1%). No acumulado de janeiro a setembro os graneis líquidos somaram 14,2 milhões de toneladas, queda de 0,5%.

As cargas containerizadas totalizaram, em setembro, 397.520 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), queda de 18,3%, e no acumulado do ano 3,5 milhões de TEU, menos 7,4%.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 31/10/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

GOVERNO FEDERAL VAI CRIAR UM ONS DOS COMBUSTÍVEIS

Um dos objetivos da criação do ONS dos combustíveis seria controlar toda a cadeia de distribuição dos combustíveis.

Da Redação ME

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou a intenção do governo federal em criar um Operador Nacional do Sistema de Distribuição de Combustíveis. O objeto é combater a adulteração, a sonegação fiscal e assegurar o abastecimento, além de obter o controle completo da cadeia de distribuição destes produtos.

O ONS dos combustíveis teria uma função parecida com o Operador Nacional do Sistema (ONS) do setor elétrico, que é quem organiza (despacha) quais os empreendimentos que vão produzir energia, além de acompanhar tudo o que está ocorrendo no complexo sistema elétrico brasileiro.



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que o governo federal tem a intenção de criar um ONS da distribuição dos combustíveis. Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

Segundo o ministro, a proposta, que deverá ser encaminhada em breve ao Congresso Nacional, como projeto de lei, nos moldes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O novo operador atuará, ainda, de forma complementar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que acompanha as especificações (características) dos combustíveis.

“O governo está muito preocupado em dar eficiência a toda cadeia de combustíveis no Brasil. O MME é responsável pela qualidade do produto e pela garantia de suprimento dos combustíveis do Brasil. Nós pretendemos fazer com os combustíveis o mesmo que fizemos com o sistema elétrico. Queremos que este operador seja para a ANP o que o ONS é para a Aneel. Precisamos ter a

segurança de que, toda vez que a Petrobras ou qualquer fornecedora ou importadora abaixe o preço na refinaria, essa redução chegue ao consumidor final nos postos de combustíveis. Ele vai ser fiscalizador e ter uma visão global do sistema”, afirmou Silveira.

Geralmente, a Aneel regula os preços da energia no País, acompanhando cada uma das distribuidoras. Já os combustíveis não têm o preço regulado.

O modelo do novo operador, de acordo com o ministro, terá participação do governo e da iniciativa privada, melhorando a fiscalização dos tributos, da qualidade dos combustíveis e dos estoques reguladores.

Aumento do percentual de combustíveis renováveis

Alexandre Silveira também falou sobre o aumento do percentual de biodiesel no diesel de 10% para 12%, em 2023, e para 15%, em 2026. De acordo com o ministro, o MME também estuda o aumento no percentual de etanol anidro na gasolina, de 27% para 30%, iniciativa que faz parte do PL Combustível do Futuro, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional.

“Buscamos a autossuficiência em combustíveis, com claros benefícios aos consumidores em termos de oferta e de preço dos produtos, bem como a redução nas emissões de gases causadores do efeito estufa. É nesse contexto que destaco os esforços do Brasil em promover uma transição energética, justa e inclusiva, que se alinhe com as características de nosso País”, concluiu.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 01/11/2023

RAQUEL LYRA FAZ MAIS UMA TROCA NO SEU SECRETARIADO

Por Jairo Lima



Carolina Cabral deixou a pasta de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas (SDSCJPVD) e passou a liderar a Secretaria de Projetos Estratégicos. Foto: Vinicius Lins/SDSCJPVD

Mais uma mudança aconteceu no secretariado da governadora Raquel Lyra (PSDB). Nesta quarta-feira (1/11), Carolina Cabral deixou a pasta de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas (SDSCJPVD) e passou a liderar a Secretaria de Projetos Estratégicos, que vinha sendo ocupada interinamente por

Marcelo Bruto da Costa Correia.

Quem assume a SDSCJPVD interinamente é o secretário Executivo de Assistência Social, Carlos Braga. As mudanças foram publicadas no Diário Oficial desta quarta-feira (1º).

Ainda no Diário Oficial de hoje, o governo nomeou o produtor cultural e comunicador Fúlvio Wagner para a presidência da Empresa Pernambuco de Comunicação (EPC). Ele era Gerente Geral de Acompanhamento de Projetos da Secretaria da Casa Civil.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 01/11/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

CONSULTA PÚBLICA - DEFINIDA A DATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CANAL DE ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ

Edital da primeira concessão de canal de acesso do país prevê serviços de dragagem, derrocagem, sinalização náutica, batimetria, programas e monitoramentos ambientais, entre outros



Essa será a primeira concessão de Canal de Acesso Portuário do Brasil

Brasília 31/10/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) definiu a data da Audiência Pública 07/2023, que visará ao recebimento de contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório para a concessão do acesso aquaviário (canal de acesso) ao Porto de Paranaguá (PR).

De acordo com a deliberação, aprovada no Diário Oficial da União desta terça-feira (31), A Audiência acontecerá no dia 13 de novembro de 2023, com início às 10h. Toda a sessão virtual será transmitida via streaming a toda a Internet, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no Youtube. Não é necessária inscrição para assistir a Audiência Pública.

Os interessados em manifestar-se na audiência deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens "Whatsapp" no número (61) 2029-6940, podendo enviar sua contribuição por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito. O período de inscrição será das 9h às 14h do dia 10 de novembro de 2023.

Já o período de contribuições seguirá até o dia 22 de novembro. As informações completas para contribuições foram publicadas no Diário Oficial da União do mês passado.

Sobre a concessão

Esta é a primeira proposta de concessão de canal de acesso portuário do país. As diretrizes seguem de acordo com a política estabelecida pelo governo de concessão de canal de acesso.

A proposta prevê que o prazo contratual seja de 25 anos, com assunção da área prevista para o ano de 2024 e possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 70 anos. A estimativa do Capex é de R\$ 1,07 bilhão, do Opex de R\$ 2,35 bilhões e da receita bruta global de R\$ 8,85 bilhões.

Entre as principais melhorias previstas no projeto de concessão do Canal de Acesso de Paranaguá estão o aprofundamento, ampliação e alargamento do canal, o alargamento da bacia de evolução e o aprofundamento da área de fundeio nº 6. Com isso, a previsão é passar para 13,3 metros ainda na fase de implantação e chegar a 15,5 metros após a concessão, o que viabilizará a atração de navios maiores.

O futuro concessionário executará todos os investimentos necessários para atingir a meta estabelecida, incluído serviços de dragagem, derrocagem, sinalização náutica, batimetria, programas e monitoramentos ambientais, dentre outros.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 01/11/2023

AVIAÇÃO - PROPOSTA QUE PREVÊ USO DO FNAC COMO GARANTIA DE EMPRÉSTIMO PARA SETOR AEROPORTUÁRIO É APROVADA EM COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (31) o relatório do Deputado Paulo Guedes (PT-MG) ao Projeto de Lei 5442/20, na forma de substitutivo, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) na cobertura de custos de desapropriações de áreas destinadas a ampliações da infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil.

De acordo com o texto aprovado, os recursos do FNAC poderão ser objeto de garantia de empréstimo aos prestadores de serviços aéreos regulares, após aprovação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), limitados a R\$ 8 bilhões.

Ainda segundo o substitutivo, a União poderá contratar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), ou outra instituição habilitada, para executar os serviços relacionados aos recursos do FNAC, a fim de garantir o acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação do montante emprestado.

A proposta aprovada já seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde será apreciada e, em seguida, será encaminhada ao Plenário da Casa Legislativa.

Assessoria Especial de Comunicação Social, com informações da Agência Câmara de Notícias.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/11/2023

HIDROVIAS - DRAGAGEM GARANTE NAVEGABILIDADE NOS RIOS AFETADOS PELA ESTIAGEM NO NORTE DO BRASIL

“MPor está trabalhando para enfrentar os desafios climáticos e assegurar o abastecimento na região”, diz Costa Filho.



Dragagens de rios da região Norte seguem em ritmo intenso a fim de garantir navegabilidade. Foto: Dnit

O ritmo intenso da dragagem que está sendo realizada do rio Solimões, entre Tabatinga e Benjamin Constant, e da foz do rio Madeira e região do Tabocal está garantindo a navegabilidade e o fluxo logístico na região Norte do país. Os trabalhos para mitigar os efeitos da seca histórica que atinge os estados do Amazonas e Rondônia tiveram início neste mês e devem ser concluídos em dezembro

deste ano.

Para assegurar o tráfego de embarcações nas vias fluviais de escoamento de cargas e produtos da região, inclusive, a Zona Franca de Manaus, e do transporte de pessoas, no último mês, o Governo Federal destinou R\$ 138 milhões para realização de obras emergenciais nas regiões afetadas pela estiagem.

O ministro de Porto e Aeroporto (MPor), Silvio Costa Filho, destaca que o trabalho faz parte de uma ação conjunta entre ministérios voltada para atender às necessidades da população local e garantir a renda dos trabalhadores que dependem dos rios para exercer suas atividades. “O MPor está trabalhando de forma incansável para enfrentar os desafios climáticos e assegurar o abastecimento dos itens essenciais para a população. A orientação do presidente Lula é para trabalharmos de forma coletiva”, afirmou Costa Filho.

Ações emergenciais

O serviço de dragagem no Rio Solimões, entre Tabatinga e Benjamin Constant, está sendo executado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A estimativa é que os trabalhos sejam realizados pelo período de 45 a 60 dias. No total, o Governo Federal destinou R\$ 40 milhões para intervenções que serão realizadas ao longo de oito quilômetros do rio.

No rio Madeira, para promover condições adequadas de navegabilidade e a continuidade do fluxo logístico na região, a expectativa é dragar cerca de 1,875 milhões de metros cúbicos em 12 quilômetros de extensão. Para realização do trabalho, foram assegurados outros R\$ 100 milhões.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/11/2023

MPOR INSTITUI PRIMEIRO FÓRUM VOLTADO AOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Com encontros mensais, grupo reunirá representantes de federações, sindicatos e do Ministério de Portos e Aeroportos.



Fórum terá reuniões mensais com representantes do MPor, das federações e sindicatos. Foto: Sérgio Francês/MPor.

De forma inédita, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) instituiu, nesta terça-feira (31), durante cerimônia realizada em Brasília, o Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários. O comitê tem o intuito de ampliar o diálogo com os profissionais do setor e discutir pautas de valorização da categoria.

Na presença de representantes de sindicatos e federações, o ministro Silvio Costa Filho ressaltou que esse é um importante passo adotado pelo MPor para ampliar a participação da classe trabalhadora na agenda de desenvolvimento do modal. "Nunca antes na história desse país, de fato, existiu um fórum permanente voltado para debater as políticas dos profissionais portuários. Estamos trabalhando para fortalecer o setor", destacou o ministro.

Costa Filho também anunciou que, diante do surgimento de novas tecnologias e desafios enfrentados pelos agentes portuários, o ministério, junto com associações de portos, trabalhará em ações voltadas para qualificação técnica e profissional. "A gente precisa perseguir movimentos importantes para valorizar o trabalho desses profissionais. Um deles é o de trabalhar estrategicamente em ações que busquem qualificar e capacitar quem atua no modal portuário.

Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sergio Aquino, em nome das associações, destacou a importância da iniciativa adotada pelo MPor. "O diálogo amplo com o trabalho portuário só evolui de maneira concreta com a participação tripartite: poder público, setor laboral e empresarial. Nossas pautas são potencializadas com o ambiente democrático para o trabalho", observou.

Política integrada

O Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários será formado por representantes das seguintes federações: Federação Nacional dos Estivadores (FNE), Federação Nacional dos Portuários (FNP), e pela Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários (FENCCOVIB). Juntas, elas reúnem uma participação de aproximadamente 150 sindicatos da categoria. Além dessas, também são signatárias do Fórum a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fnop) e a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (AbepH).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/11/2023



COSTA FILHO PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA “CONHEÇA O BRASIL: REALIZA”, LANÇADO PELO MTUR E BANCO DO BRASIL

Iniciativa irá beneficiar correntistas da instituição financeira e prestadores de serviços turísticos

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou, ao lado do ministro do Turismo, Celso Sabino, do lançamento do programa “Conheça o Brasil: Realiza”.

A iniciativa é fruto de uma parceria do MTur com o Banco do Brasil e tem por objetivo incentivar os brasileiros a explorarem os destinos turísticos do país. A ação permitirá aos correntistas da instituição o uso de linha de crédito para compra de serviços turísticos e passagens aéreas com juros e forma de parcelamento especiais.

O programa beneficiará também os prestadores de serviços cadastrados no Cadastur e as companhias aéreas, que poderão usufruir de mais uma ferramenta para alavancar suas vendas.

“Nós estamos trabalhando de maneira integrada junto ao Ministério do Turismo, para cada vez mais buscar parcerias para que a indústria do turismo, que representa mais de 8% do PIB, possa crescer. Nós queremos ampliar a aviação regional, ampliar a aviação internacional, e juntos vamos construir a agenda do fortalecimento e do desenvolvimento do setor”, disse o ministro Costa Filho.

O lançamento do programa, que ocorreu durante a abertura da 50ª Abav Expo, marca o Dia Mundial do Turismo.

A ABAV Expo reúne os principais players do setor e promove a conexão com os agentes de viagens, criando inúmeras possibilidades de negócios. O evento, que começou hoje, vai até a próxima sexta-feira, no Rio de Janeiro.

Conheça o Brasil: Realiza

O “Conheça o Brasil: Realiza” irá disponibilizar crédito de até R\$20 mil para a compra de pacotes ou serviços turísticos, com juros de até 2,45% ao mês. O pagamento poderá ser feito em até 60 meses, com a quitação da primeira parcela em 60 dias. As prestações mensais devem ser de, no mínimo, R\$50, e serão automaticamente debitadas na conta do correntista.

Para participar, o cliente deve ter um limite de crédito ativo e uma Chave Pix registrada. A solicitação pode ser feita diretamente pelo aplicativo do banco ou em uma agência do BB. O processo de contratação começa quando o viajante lê o QR Code associado à compra na empresa parceira.

Já os prestadores de serviços turísticos devem possuir cadastro ativo no Cadastur, do Ministério do Turismo. Entre as vantagens que o programa oferece estão o aumento no número de parcelas da compra (sem custo adicional), o recebimento do valor integral da venda via Pix e a possibilidade de aumentar as suas vendas.

A parceria com o Banco do Brasil é o ponto de partida do Ministério do Turismo para levar esses benefícios para correntistas de outras instituições financeiras. A medida representa mais um compromisso conjunto com a recuperação e o crescimento do setor de turismo no Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/11/2023



VIGÍLIA NO PORTÃO 8 DO PORTO DE SANTOS CONTRA DEMISSÕES ARBITRÁRIAS DOS MARINHEIROS DO IO-USP

Assessoria de Comunicação

A Assembleia das tripulações dos dois navios de pesquisa do Instituto Oceanográfico da USP realizada hoje, 31/10, à tarde decidiu que não haverá a transição para a empresa terceirizada contratada pela universidade, substituindo as duas tripulações dos navios.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Logotipo oficial do IO-USP. Crédito: Site da USP.



A universidade rompeu os contratos de trabalho com os 30 tripulantes e deu ordem para o desembarque dos mesmos sem sequer pagar as verbas rescisórias. Além disso, tentou impedir a entrada do Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP) nos navios, o que não conseguiu, e marcou para amanhã (1/11) a entrada da empresa terceirizada!

O Sintusp informa que não vai permitir a entrada desta empresa amanhã! A transição estava prevista para o dia de 10 de novembro, e só aceitaremos realizá-la se houver, até lá, um acordo no qual a USP se comprometa a pagar as verbas rescisórias dos trabalhadores.

O Sindicato estará no portão 8 do cais do Porto de Santos para garantir esta decisão de não permitir a entrada da Terceirizada juntamente com a Central Sindical CSP-CONLUTAS e apoiadores tais como Sindicato dos petroleiros de Santos, Sintrajus, parlamentares, estudantes e outros, por sua vez as tripulações unidas não permitirão o embarque da empresa terceirizada.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 01/11/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – DIÁLOGO E QUALIFICAÇÃO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O lançamento do Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários, ocorrido nessa terça-feira, dia 31, em Brasília, é um marco significativo na busca por soluções cooperativas para essas categorias e na preparação desses profissionais para o mercado de trabalho portuário. Com o objetivo de desenvolver políticas para esses trabalhadores, o fórum, que visa reunir regularmente as federações portuárias, estabelece um importante canal de comunicação entre os sindicatos e o Governo.

A criação do fórum pelo ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, demonstra um compromisso sólido em abordar questões críticas que afetam os trabalhadores portuários. Tratar de temas como organização do setor, formação profissional e valorização dessas categorias é essencial para garantir que o mercado de trabalho portuário esteja alinhado com as necessidades em constante evolução do setor.

A proximidade entre os trabalhadores e as autoridades é um passo extremamente relevante. Esse diálogo aberto e contínuo permitirá que as demandas e preocupações desses profissionais sejam ouvidas e compreendidas. Ao trazer as federações portuárias para a mesa de discussões, o Governo reconhece a importância de considerar as perspectivas daqueles que desempenham um papel crucial no funcionamento dos portos.

O fórum deve servir como um local para abordar questões importantes e colaborar na identificação de soluções. Desde a formação e qualificação dos trabalhadores até a discussão sobre segurança e melhores condições de trabalho, há uma ampla gama de tópicos a serem explorados. A primeira



reunião do fórum, agendada para breve, será crucial para definir um calendário de encontros regulares e estabelecer grupos de trabalho para tratar de questões técnicas.

A contribuição de entidades como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) será inestimável. Seu envolvimento demonstra um compromisso em abordar e apoiar os desafios enfrentados pelos trabalhadores portuários. Esta colaboração é essencial para encontrar soluções pragmáticas e bem informadas que beneficiarão o setor como um todo.

Um aspecto crítico que deve ser tratado é a disponibilização de recursos para treinamento e qualificação. O investimento na formação dos trabalhadores é essencial para garantir um setor portuário seguro e eficiente. A reivindicação de recursos adequados para treinamento é fundamental e o Governo deve desempenhar um papel estratégico nesse processo.

A criação deste fórum é um passo importante na busca de soluções conjuntas para os desafios do setor portuário. O Governo e as federações portuárias demonstram uma abordagem proativa para criar políticas que atendam às necessidades dos trabalhadores e do setor como um todo. Espera-se que este fórum permanente seja uma plataforma produtiva e que os diálogos sejam conduzidos com transparência, com o objetivo de impulsionar o setor portuário a um futuro mais brilhante e sustentável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

REGIÃO NORTE 1

Os serviços de dragagem no Rio Solimões, entre Tabanga (AM) e Benjamin Constant (AM), na foz do Rio Madeira e na região do Tabocal, a fim de garantir a navegabilidade nesses rios durante o atual período de seca, devem ser concluídos no próximo mês de dezembro. Essas obras buscam reduzir os impactos da estiagem histórica que atinge a Região Norte do Brasil.

REGIÃO NORTE 2

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esses trabalhos integram uma ação conjunta entre ministérios para atender às necessidades da população local e garantir a renda dos trabalhadores que dependem dos rios para exercer suas atividades. “O MPor está trabalhando de forma incansável para enfrentar os desafios climáticos e assegurar o abastecimento dos itens essenciais para a população. A orientação do presidente Lula é para trabalharmos de forma coletiva”, afirmou.

VOA BRASIL

O programa Voa Brasil, que irá disponibilizar viagens aéreas mais baratas pelo País, será lançado ainda neste ano. A previsão é do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, que falou sobre os preparativos para esse projeto ontem, em Brasília. Segundo ele, sua equipe quer entregar a modelagem final do programa até o próximo dia 15. Em seguida, a proposta será enviada à Casa Civil e, depois, para a sanção do presidente Lula. “Até o dia 15 agora, nós estamos fechando o Voa Brasil. Vamos apresentar ao ministro Rui Costa (da Casa Civil), depois ao presidente Lula e a gente espera que ainda esse ano a gente deva estar lançando”, destacou.

PORTO SECO

A licitação para a instalação de um novo porto seco em Foz do Iguaçu (PR) foi homologada pela Receita Federal. A empresa Multilog Brasil foi declarada a vencedora da disputa, ao oferecer um desconto de 50,2% sobre as tarifas máximas definidas no edital. Agora, a companhia vitoriosa será convocada para assinar o contrato de permissão. Somente após a publicação desse documento no Diário Oficial da União é que terá início o prazo de 18 meses para a Multilog implantar o empreendimento e iniciar suas atividades.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2023

NACIONAL - MPOR CRIA PRIMEIRO FÓRUM VOLTADO AOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Objetivo é reunir federações uma vez por mês para tratar as demandas do setor

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Os trabalhadores portuários serão representados junto ao Ministério de Portos e Aeroportos pela FNE, FNP e FENCCOVIB, que, juntas, representam cerca de 145 sindicatos Crédito: Sérgio Francês/MPor

O MINISTRO SILVIO COSTA FILHO DESTACOU QUE ENTRE OS PRINCIPAIS INTUÍDOS DA CRIAÇÃO DO FÓRUM ESTÁ DEFINIR QUE ELE SEJA PERMANENTE. ELE RESSALTOU QUE VAI TRABALHAR PARA QUE A MEDIDA SEJA PERMANENTE NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

O Ministério de Portos e Aeroportos lançou na terça-feira, dia 31, um fórum permanente para desenvolver políticas para trabalhadores do setor portuário. A medida visa reunir pelo menos uma vez por mês as federações portuárias no âmbito do Ministério para tratar as demandas do setor.

A secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, ressaltou que tratar da temática do setor portuário de forma “próxima é extremamente relevante”.

“Trazê-los aqui para que a gente possa estar se reunindo, tratando de todos os temas [...] normativos de organização do setor, formação do setor, que é algo que realmente temos que tratar de longa data [...] trazer também toda a parte de qualificação técnica dos setores e efetivamente valorização”, declarou Pescatori.

Na cerimônia de criação do fórum no Ministério de Portos e Aeroportos em Brasília, além do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e a secretária Mariana Pescatori, estiveram presentes o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, e o presidente da Federação Nacional de Operações Portuárias (Fenop), Sergio Aquino, entre outras lideranças do setor.

Os trabalhadores portuários serão representados junto ao Ministério de Portos e Aeroportos pelas três principais federações portuárias: Federação Nacional dos Estivadores (FNE), Federação Nacional dos Portuários (FNP), e pela Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários (FENCCOVIB). Juntas elas representam cerca de 145 sindicatos. Segundo Mariana Pescatori, a primeira reunião do fórum deve acontecer no prazo de 15 dias.

“A ideia é que a gente defina na primeira reunião um calendário de reuniões mensais para 2024. Na primeira reunião devemos tratar do estatuto e criar um grupo de trabalho para tratar tecnicamente e trazer para a decisão do fórum. Essa vai ser a dinâmica do funcionamento do fórum”, explicou Pescatori.

Para o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, o fórum será importante discutir proposições e iniciativas importantes que vão endereçar “assuntos que já vem sendo discutido há muito tempo”.

“A Antaq vai estar aqui apoiando no que puder o fórum a partir de contribuições pelas nossas experiências como também deixando as nossas equipes mobilizadas para ajudar naquilo que possa vir do fórum, tanto as equipes da fiscalização quanto a área de estudos também”, apontou Nery.

O presidente do Sindicato de Estivadores de Santos, Bruno José dos Santos, afirmou que é uma “honra participar de um fórum onde os trabalhadores podem defender sua bandeira não só na qualificação, mas também na segurança, no melhor ganho e em um trabalho digno”, declarou.

Na visão do presidente da Fenop, Sérgio Aquino, “o diálogo com o trabalho portuário só frutifica e evolui de maneira concreta e madura com essa participação tripartite: poder público, setor laboral e setor empresarial”.

Ele também destacou a necessidade de recursos para a melhoria do setor. “Precisamos destacar a premência de solução da disponibilização de recursos para treinamento, o setor empresarial paga anualmente e infelizmente pela legislação inadequada somente 4 a 5% do que o setor empresarial paga retorna para o treinamento efetivo com serios problemas na modalidade e qualidade do treinamento que é disponibilizado”, afirmou.

O ministro Sílvio Costa Filho destacou que entre os principais intuitos da criação do fórum está definir que ele seja permanente. Ele ressaltou que vai trabalhar para que a medida seja permanente na Esplanada dos Ministérios.

“A gente tem que ter essa política prioritária que vai perpassar qualquer governo, porque é dessa forma que vamos fortalecer os sindicatos, entidades e federações. Com essa agenda vamos buscar previsibilidade e acompanhar os projetos que podem prejudicar ou ajudar o setor dentro da Câmara ou no Senado”, completou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2023

REGIÃO SUL - AUDIÊNCIA DA CONCESSÃO DO CANAL DE PARANAGUÁ É MARCADA PARA NOVEMBRO

Sessão pública acontecerá no dia 13 e será transmitida ao vivo pela internet

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



A proposta prevê que o prazo contratual seja de 25 anos, com assunção da área prevista para o ano de 2024 e possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 70 anos Crédito: Divulgação

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) informou que definiu para 13 de novembro a data da audiência pública que visa o recebimento de contribuições e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos do processo licitatório para a concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá (PR).

De acordo com a deliberação, publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (31), a audiência acontecerá a partir das 10h. Toda a sessão virtual será transmitida via streaming, gravada e disponibilizada no canal da Antaq no Youtube. Não será necessário inscrição para assistir à audiência pública.

Os interessados em manifestar-se na audiência deverão se inscrever pelo Whatsapp no número (61) 2029-6940, podendo enviar contribuição por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito. O período de inscrição será das 9h às 14h do dia 10 de novembro de 2023.

De acordo com a agência, o período de contribuições seguirá até o dia 22 de novembro. As informações completas para contribuições foram publicadas no Diário Oficial da União do mês passado.

Esta será a primeira concessão de canal de acesso portuário do Brasil. As diretrizes seguem de acordo com a política estabelecida pelo Governo de concessão de canal de acesso.

A proposta prevê que o prazo contratual seja de 25 anos, com assunção da área prevista para o ano de 2024 e possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 70 anos. A estimativa do Capex é de R\$ 1,07 bilhão, do Opex de R\$ 2,35 bilhões e da receita bruta global de R\$ 8,85 bilhões.

Entre as principais melhorias previstas no projeto de concessão do canal de acesso de Paranaguá estão o aprofundamento, ampliação e alargamento do canal, o alargamento da bacia de evolução e o aprofundamento da área de fundeio nº 6.

Com isso, a previsão é passar para 13,3 metros ainda na fase de implantação e chegar a 15,5 metros após a concessão, o que viabilizará a atracação de navios maiores.

O futuro concessionário executará todos os investimentos necessários para atingir a meta estabelecida, incluído serviços de dragagem, derrocagem, sinalização náutica, batimetria, programas e monitoramentos ambientais, dentre outros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2023

REGIÃO SUDESTE - DUBAI QUER AMPLIAR EXPORTAÇÕES DE COMMODITIES DE SP

Governador Tarcísio de Freitas se reuniu na última semana com o gerente geral da WLP

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Al Bastaki pediu o apoio do governador Tarcísio de Freitas em projetos voltados para a ampliação das exportações e a desburocratização dos processos de envio de mercadorias Crédito: Divulgação/Governo de SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), recebeu a visita de Mahmood Al Bastaki, gerente geral da World Logistics Passport (WLP), que é a plataforma de incentivo do governo de Dubai, capital dos Emirados Árabes Unidos (EAU), para facilitação do fluxo do comércio global. A pauta principal do encontro, realizado na última semana, foi a busca por soluções menos burocráticas e mais ágeis para ampliação de exportações entre os dois países.

Al Bastaki pediu o apoio de Tarcísio em projetos voltados para a ampliação das exportações e a desburocratização dos processos de envio de mercadorias.

Atualmente, São Paulo é o estado brasileiro que mais exporta mercadorias para os EAU, em transações que chegam a 700 milhões de dólares (cerca de R\$ 3,5 bilhões). Entre as principais commodities paulistas que seguem para o país do Oriente Médio estão açúcar de cana e de beterraba, ouro e carne.

Al Bastaki destacou a importância do Porto de Santos, que se coloca estrategicamente para os negócios entre as cidades, visando a exportação de mercadorias.

WLP

O World Logistics Passport (WLP) é uma plataforma de incentivo do governo de Dubai para facilitar o fluxo do comércio global. Trata-se do primeiro projeto do tipo no mundo. A iniciativa funciona como um programa de fidelidade logística e conexões internacionais baseado em incentivos, com recompensas a comerciantes e transitários que usam a plataforma para importação e exportação.

Os parceiros oferecem benefícios de custos, redução de tempo e conexões estratégicas para os membros do WLP. O projeto tem o propósito de contribuir com a logística do comércio internacional, fornecendo informações sobre mercadorias, facilitando as transações, além de reduzir barreiras burocráticas.

Os benefícios permitem que empresas, nações e regiões tenham acesso a novos mercados, diversifiquem o comércio de produtos e aumentem seu market share. Atualmente, a plataforma WLP está presente em 20 países, entre eles: China, Índia, África do Sul, Egito, Vietnã e Brasil.

No mercado brasileiro, a plataforma ainda identifica e desenvolve rotas logísticas para empresas nacionais atuarem no Oriente Médio, na África e na Ásia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2023

REGIÃO NORTE - PROJETO DE 1ª ZPE DA REGIÃO NORTE É TRATADO COMO PRIORIDADE NO PARÁ

Governo do Estado já assegurou R\$ 1,3 mi em recursos próprios para implantação do ativo em Barcarena

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Representantes do estado e de Barcarena destacaram a vocação da cidade paraense para a exportação por dispor do maior porto marítimo do norte do país, o Porto de Vila do Conde
Crédito: Divulgação

A região Norte do Brasil deve ganhar a sua primeira Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em breve. Para o Governo do Pará o projeto é prioridade, tanto que já tem assegurado R\$ 1,3 milhão em recursos próprios, além de dotação orçamentária aprovada de R\$ 12,2 milhões para os anos de 2024 e 2025.

A área de livre comércio será instalada na cidade de Barcarena, região metropolitana de Belém, e para avançar com o assunto, uma comitiva do Governo foi a Brasília em outubro para uma reunião com representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE).

Em abril deste ano, a proposta da ZPE de Barcarena já tinha sido apresentada ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Já o encontro mais recente teve a participação do secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), Paulo Bengtson; do diretor de Investimentos e Relações Institucionais da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec), Pádua Rodrigues; da vice-prefeita de Barcarena, Cristina Vilaça; e do secretário municipal de Indústria, Comércio e Tecnologia de Barcarena, Marco Mendes.



Durante a reunião, os gestores do CZPE enfatizaram que, em razão do Novo Marco Regulatório das ZPE (Lei nº 14.184/2021), será necessário desenvolver um novo projeto que atenda aos requisitos do Marco, inclusive no que se refere aos critérios de alfandegamento e destinação prioritária da produção à exportação.

Cientes da necessidade de adequações na proposta, os representantes do governo estadual reafirmaram a prioridade e se comprometeram a formalizar o novo processo e o novo projeto ao Conselho Nacional das CZPEs até dezembro deste ano, incluindo a necessária previsão de áreas para empreendimentos voltados à bioeconomia, biotecnologia e energia limpa.

Cumprir esse prazo é importante para que o cronograma do governo consiga manter o início das obras de construção da ZPE de Barcarena no primeiro trimestre de 2024, com previsão de entrega em 2026.

“O projeto de Zona de Processamento e Exportação é prioritário para o Estado e visa a industrialização e a verticalização das cadeias produtivas”, declarou o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Pará (Codec), Lutfala Bitar.

Durante a reunião, os representantes do Estado e do município de Barcarena destacaram também a vocação da cidade paraense para a exportação, por dispor do maior porto marítimo do Norte do país, o Porto de Vila do Conde, por onde serão escoados os produtos produzidos na ZPE.

O projeto

Conduzido pela Codec, a ZPE de Barcarena prevê o zoneamento econômico para atender atividades industriais e de serviços, distribuídas em 95 lotes, com previsão de gerar 8.400 novos empregos.

O projeto já possui duas empresas formalizadas com a companhia, com intenção de implantar indústrias voltadas para a verticalização mineral, e mais duas em tratativas, voltadas ao hidrogênio verde e esmagamento de grãos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2023

REGIÃO SUDESTE - PF REALIZA OPERAÇÃO CONTRA O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS VIA PORTO DE SANTOS

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão, além da apreensão de armas e dinheiro em espécie

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br

A Polícia Federal deflagrou na manhã de terça-feira (31) uma operação de combate ao tráfico internacional de drogas. A ação constitui uma fase da investigação que visa desarticular uma associação criminosa envolvida na tentativa de envio de cocaína para o exterior usando o Porto de Santos (SP).

Nesta terça, policiais federais cumpriram oito mandados de busca e apreensão nos municípios de Guarujá, Santos e São Vicente, todos do litoral de São Paulo. Segundo a PF, a ação tinha por objetivo apreender evidências que possam ajudar a esclarecer o envolvimento dos suspeitos identificados na investigação.

Durante o cumprimento dos mandados, as equipes da PF realizaram uma prisão em flagrante por porte ilegal de arma de fogo. O suspeito foi conduzido até a delegacia da Polícia Federal em Santos.

Foram apreendidos também armas de fogo não registradas, munições e a quantia de R\$ 620 mil em espécie.

A investigação que culminou nesta operação teve início em decorrência da apreensão de 565 kg de cocaína, que foram ocultados no interior de cilindros vazios que embarcariam em um navio que estava no Porto de Santos com destino à Europa.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/11/2023

REGIÃO NORDESTE - PORTO DE FORTALEZA TEM MOVIMENTAÇÃO EXPRESSIVA DE CONTÊINERES EM SETEMBRO

Complexo registrou em setembro a passagem de 11.387 TEU, maior volume nos últimos oito anos nesse mês

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Segundo a Companhia Docas do Ceará, a movimentação significativa no Porto de Fortaleza é atribuída à safra de frutas, cujo transporte vem sendo feito pela empresa CMA-CGM Crédito: Divulgação

O Porto de Fortaleza (CE) registrou a maior movimentação de contêineres dos últimos oito anos em setembro deste ano, ao contabilizar a passagem de 11.387 TEU.

Segundo a Companhia Docas do Ceará (CDC), a movimentação significativa é atribuída à safra de frutas, “uma vez que o Ceará desponta neste tipo de exportação”, explicou Lúcio Gomes, diretor-presidente da CDC.

Os embarques estão sendo feitos pela empresa CMA-CGM, que fechou contrato de seis meses com a administração portuária.

Gomes citou ainda que os dados colocam o porto “cada vez mais” em posição de destaque e “como protagonista do desenvolvimento econômico do nosso estado”.

O presidente da CDC destacou também que o complexo conseguiu, recentemente, a certificação de atendimento de todas as exigências de segurança internacional, feitas pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis.

“A comissão também confirmou que nós operamos totalmente de acordo com o nosso Plano de Segurança Pública Portuária. Ou seja, são conquistas que confirmam que estamos no caminho certo”, concluiu.

Scanners

A Companhia Docas do Ceará (CDC) informou que, para agilizar a fiscalização das cargas transportadas dos caminhões para os navios atracados no Porto de Fortaleza, o número de scanners passou de um para três.

Os dispositivos adicionais foram disponibilizados pela empresa CMA-CGM, que opera no Porto de Fortaleza desde abril deste ano, em um contrato transitório que envolve investimentos do tipo.

Para Lúcio Gomes, diretor-presidente da CDC, com um equipamento o porto conseguia fiscalizar, em média, 50 contêineres por hora. Agora, a capacidade passou para 175 unidades por hora, um ganho em efetividade de 250%.

“Viabilizamos, portanto, celeridade na movimentação das cargas no interior do pátio, uma vez que 100% delas são escaneadas. Dessa forma, o Porto de Fortaleza está proporcionando eficiência e segurança no processo operacional”, disse.



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/11/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PORTO DE MACEIÓ VAI CONQUISTAR AUTONOMIA ATÉ O FIM DO ANO, DIZ MINISTRO DOS PORTOS E AEROPORTOS

Informações: Porto de Maceió (01 de novembro de 2023)

Segundo o administrador do Porto, medida vai garantir mais celeridade e atração de novos investimentos e menos burocracia nas operações

O Ministro dos Portos e Aeroportos do Brasil, Silvio Costa Filho, anunciou em Alagoas, durante evento de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nesta segunda-feira (30), a retomada da autonomia administrativa e financeira da Administração do Porto de Maceió (APMC), atualmente vinculada à Companhia Docas Rio Grande do Norte (CODERN). Estiveram presentes no evento o administrador do Porto de Maceió, Diogo Holanda, e o diretor-presidente da CODERN, Estéfano Ubarana.

Durante discurso, o ministro destacou que a medida deve ser adotada até o fim deste ano, visando o desenvolvimento do estado de Alagoas. “Conversei com o presidente Lula e o ministro da Casa Civil da Presidência, Rui Costa, após o pedido do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, de conceder a autonomia ao Porto de Maceió, que é fundamental para o estado de Alagoas, proporcionando o desenvolvimento através do escoamento da produção e, conseqüentemente, atração de novos investimentos”, disse o ministro.

Reforçando a importância dessa retomada para o crescimento econômico de Alagoas, o administrador da APMC, Diogo Holanda, salientou a atuação fundamental do deputado federal Arthur Lira na condução e construção desse projeto.

“Agradecemos o presidente da Câmara, Arthur Lira, por todo empenho para que o Porto garantisse esse avanço administrativo. Com a conquista da autonomia, o Porto de Maceió vai dispor de mais celeridade nos processos, garantindo mais segurança jurídica e atraindo novas empresas, gerando emprego e renda para os alagoanos”, afirmou Holanda.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/11/2023

SEGUNDA REUNIÃO DOS SIGNATÁRIOS DO MANIFESTO ESG DÁ INÍCIO AO COMPARTILHAMENTO DE AÇÕES NO PORTO DE SANTOS

Informações: Autoridade Portuária de Santos (01 de novembro de 2023)

O objetivo é promover a troca de experiências, criando um inventário de ações ESG do Porto de Santos

Durante a 2ª reunião dos signatários do Manifesto ESG do Porto de Santos, realizada hoje (30) na sede da Autoridade Portuária de Santos (APS), foi iniciada a apresentação de benchmarking visando promover a troca de experiências e criar um inventário de ações ESG do Porto de Santos. O Manifesto já reúne 26 signatários.

A Diretora de Administração e Finanças da APS, Bernadete Bacellar, lembrou que, na 1ª reunião, foi definido que o grupo compartilharia experiências, visto que alguns signatários – como a Autoridade Portuária e a Prefeitura de Santos – já tinham um trabalho muito avançado. Segundo Bacellar, “o



compartilhamento das experiências dos signatários contribuirá para a definição de ações ESG conjuntas para o Porto de Santos”.

O Superintendente de Governança, Riscos e Compliance da APS, Cláudio Bastos, comentou que o Manifesto ESG foi lançado em agosto deste ano, durante a II Jornada ESG do Porto de Santos, com o objetivo de pensar ESG nos três eixos (Meio Ambiente, Social e Governança) para a comunidade portuária. Bastos explicou que “a APS e as empresas do Porto de Santos já têm suas ações voltadas para esses eixos, entretanto, a proposta é que a comunidade portuária, liderada pela APS, proponha ações coletivas em conjunto”.

Para 2024, Bastos revela duas iniciativas a serem implementadas: uma premiação ESG para as melhores iniciativas que demonstrem resultados e o “ESG Challenge”, uma espécie de Hackathon, no qual seriam identificados problemas na atividade portuária, na busca de soluções conjuntas.

Os primeiros cases compartilhados com o grupo foram apresentados pela APS, Prefeitura de Santos e Ageo Terminais. Bruno Takano, gerente de Sustentabilidade da APS, detalhou as ações ambientais já deflagradas pela Autoridade Portuária, enquanto o Chefe do Departamento de Políticas dos ODS da Prefeitura de Santos, Fábio Tatsubo Maeshiro apresentou um balanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030. O coordenador de Meio Ambiente da Ageo Terminais, Lucas Guimarães Pires, falou sobre a gestão de gases de efeito estufa.

A próxima reunião geral dos signatários deverá ser na segunda metade de novembro próximo.

Signatários do Manifesto ESG do Porto de Santos:

- Aba Infraestrutura e Logística
- Adonai Terminal de Líquidos
- Concais S.A
- Ageo
- Brasil Terminal Portuário (BTP)
- Grupo Cesari
- Citrosuco
- Cli
- Copersucar
- Ecoporto
- Hidrovias do Brasil
- Odfjell Terminals/Granel Química
- Santos Brasil
- Terminal XXXIX
- T-Grão
- Transbrasa
- Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra)
- Associação Comercial de Santos
- Prefeitura Municipal de São Vicente
- Prefeitura Municipal de Cubatão
- Prefeitura Municipal de Guarujá
- Prefeitura Municipal de Santos
- Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá (Teag)
- Terminal Exportador do Guarujá (TEG)
- Terminal Exportador de Santos (TES)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/11/2023



COM PROMESSA DA MAIOR TEMPORADA DE CRUZEIROS, MSC DÁ PONTAPÉ INICIAL EM CRONOGRAMA

Informações: Diário do Litoral (01 de novembro de 2023)

O MSC Preziosa chegou em Santos, após sua Grand Voyage de 24 noites, que teve início em Hamburgo, na Alemanha, no dia 5 de outubro

A MSC Cruzeiros deu início à temporada 2023/2024 na América do Sul com o MSC Preziosa. A primeira viagem teve início no último domingo (29), do porto de Santos, para um cruzeiro de 4 noites com destino a Ilhabela e Búzios. Além dele, outros quatro navios farão embarques em portos brasileiros e dois navios farão escalas no país durante seus itinerários.

O MSC Preziosa chegou em Santos, após sua Grand Voyage de 24 noites, que teve início em Hamburgo, na Alemanha, no dia 5 de outubro. Ele visitou os destinos de Copenhague, na Dinamarca; Oslo, na Noruega; Bruges, na Bélgica; Le Havre, em Paris, na França; Southampton, na Inglaterra; Vigo, na Espanha; Lisboa e Ilha da Madeira, em Portugal; Tenerife, nas Ilhas Canárias, na Espanha; e Salvador, Ilhéus e Rio de Janeiro, no Brasil, antes de chegar em Santos.

Adrian Ursilli, Diretor Geral da MSC Cruzeiros no Brasil comentou a respeito da temporada.

“Estamos muito felizes em abrir mais uma vez a temporada na América do Sul que, com certeza, será um sucesso. Serão cinco navios oferecendo embarques regulares no Brasil: MSC Seaview, MSC Preziosa, MSC Armonia, MSC Lirica e o aguardado MSC Grandiosa. Os hóspedes poderão optar entre os seis portos brasileiros de embarque: Santos, Rio de Janeiro, Maceió, Salvador, Itajaí e, pela primeira vez, Paranaguá, que ampliará as opções de roteiros. A Companhia ainda terá o MSC Musica que partirá da Argentina rumo ao litoral brasileiro e o MSC Poesia, que fará escalas no país enquanto realiza seu cruzeiro de volta ao mundo.”

A Companhia oferecerá um programa de cruzeiros na América do Sul, com viagens para o Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, além de viagens para a Argentina e Uruguai. Os brasileiros terão à sua disposição seis portos de embarque em variadas regiões do país, além de navios com entretenimento, lazer, diversão, gastronomia mundial e opções de bem-estar.

Para quem deseja uma experiência de viagem diferenciada, a MSC Cruzeiros oferece o MSC Yacht Club como uma série de benefícios como embarque e desembarque prioritários, pacotes de bebidas e de internet inclusos, área de piscina, lounge e restaurante dedicados, mordomo e concierge.

TEMPORADA.

Ao longo da temporada, o MSC Preziosa fará minicruzeiros de 3 a 5 noites, com visitas alternadas a Balneário Camboriú, Porto Belo, Ilhabela, Búzios e Ilha Grande. Além disso, o navio também oferecerá roteiros de 6 noites com escalas em Ilhéus, Búzios e Rio de Janeiro, e itinerários de 7 noites visitando Montevideú, Punta Del Leste e Buenos Aires.

O MSC Grandiosa se tornará o maior navio da história a navegar em águas brasileiras. Ele fará roteiros de 6 e 7 noites, com embarques em Santos e escalas alternadas em Búzios, Ilha Grande, Maceió e Salvador. Também será possível embarcar em Maceió e Salvador.

O MSC Lirica oferecerá escalas inéditas em Paranaguá, sendo uma das grandes novidades dessa temporada. O navio oferecerá, itinerários de 7 noites, partindo de Itajaí, com escalas em Punta Del Leste, Buenos Aires e Paranaguá, sendo possível também embarcar em Paranaguá, no Paraná.

Com embarques no Rio de Janeiro, o MSC Seaview oferecerá minicruzeiros de 3 e 5 noites visitando alternadamente as cidades de Ilhabela, Búzios, Ilhéus e Salvador. O navio também contará com itinerários de 6 e 7 noites com visitas a Búzios, Salvador e Ilhéus, e de 8 noites com escalas em Buenos Aires, Punta Del Leste e Montevideú.



Completando os navios que oferecerão embarques dedicados no Brasil, o MSC Armonia chegará para realizar minicruzeiros de 3 a 5 noites, visitando alternadamente as cidades de Búzios, Rio de Janeiro, Ilhabela, Ilha Grande, Porto Belo e Balneário Camboriú, itinerários de 6 noites com escalas no Rio de Janeiro, Ilhabela, Itajaí e Balneário Camboriú e de 7 noites, com visitas a Montevidéu, Buenos Aires e Punta Del Leste.

O MSC Musica terá embarques dedicados na Argentina e Uruguai e fará escalas nas cidades brasileiras de Balneário Camboriú, Porto Belo, Itajaí, Paranaguá, Ilhabela, Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Búzios, enquanto o MSC Poesia visitará Rio de Janeiro, Salvador, Manaus, Santarém e Belém enquanto realiza o seu cruzeiro de volta ao mundo.

Para mais informações a respeito da temporada 2023/2024 de cruzeiros na América do Sul, **bastar acessar este link**. <https://www.msccruzeiros.com.br/ofertas/cruzeiros-2023-2024-america-do-sul>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/11/2023

SÃO PAULO RESPONDE POR 1/3 DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES TOTAIS DO BRASIL PARA OS EUA

Informações: Comex do Brasil (01 de novembro de 2023)

Brasília – São Paulo lidera o ranking dos estados brasileiros nas exportações e importações para os Estados Unidos, o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China. De janeiro a setembro deste ano, as vendas paulistas para o mercado americano totalizaram US\$ 6,7 bilhões, enquanto as importações atingiram a cifra de US\$ 9,6 bilhões, gerando um déficit de US\$ 2,9 bilhões nas trocas comerciais entre São Paulo e os Estados Unidos no período. Os dados são do Monitor do Comércio Brasil-EUA, elaborado pela Amcham Brasil

Em nove meses deste ano, as exportações para os Estados Unidos somaram US\$ 26,613 bilhões, correspondentes a 32,7% de todo o volume exportado pelo Brasil para os americanos. Os principais produtos da pauta exportadora foram aeronaves, equipamentos de engenharia civil e óleos brutos de petróleo.

A seguir vieram o Rio de Janeiro, com um total exportado de US\$ 5,0 bilhões (correspondentes a 18,9% do total negociado em conjunto pelo Brasil) e destaque para produtos semiacabados de ferro e aço, petróleo, motores e máquinas não elétricos. Minas Gerais foi o terceiro principal exportador para os Estados Unidos entre os estados brasileiros. Graças às expressivas vendas de ferro-gusa, café e elementos químicos inorgânicos, as exportações mineiras somaram US\$ 2,6 bilhões, com uma participação de 9,9% nos embarques totais para o mercado americano.

Na sequência do ranking aparecem em quarto lugar o Espírito Santo (exportações no valor de US\$ 2,3 bilhões e participação de 8,6%), envolvendo, entre outros bens, semiacabados de ferro e aço, cal, cimento e materiais de construção e celulose; e o Rio Grande do Sul, que exportou, entre outros, armas e munições, tabaco e calçados, no valor de US\$ 1,5 bilhão, equivalentes a 5,6% de todas as exportações brasileiras para a maior economia do planeta.

São Paulo lidera também nas importações dos EUA

No tocante às importações, São Paulo também liderou o ranking dos estados, com participação de 33,2% em todas as compras do Brasil originadas nos EUA ao longo deste ano. Os principais produtos da pauta importadora paulista foram inseticidas, fungicidas e semelhantes, petróleo e compostos organo-inorgânicos.

O Rio de Janeiro foi a segunda unidade federativa brasileira que mais importou produtos americanos, com um total de US\$ 5,7 bilhões (19,7% das compras totais), com destaque para motores e máquinas não elétricos, carvão e óleos combustíveis.

Em terceiro lugar no ranking aparece Santa Catarina (5,5% das importações totais brasileiras), envolvendo, entre outros produtos, polímeros de etileno, sais e paroxossais e produtos de petróleo.



Minas Gerais foi o quarto estado que mais importou dos Estados Unidos: US\$ 1,5 bilhão (participação de 5,2%). Entre os principais produtos importados se destacaram carvão, coques e semicoques, instalações e equipamentos de engenharia civil.

O Paraná figurou no quinto lugar no ranking, com importações no valor de US\$ 1,3 bilhão (4,6% das compras totais de produtos americanos). Os destaques foram óleos combustíveis, adubos ou fertilizantes e petróleo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/11/2023

ESTAMOS AQUI PARA AUMENTAR AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E INDONÉSIA, AFIRMA FÁVARO

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (01 de novembro de 2023)

Ministro buscou fortalecimento das relações em reunião no ministério de Coordenação Econômica

Na última agenda governamental da missão do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) na Indonésia, o ministro Carlos Fávaro se reuniu com o ministro de Coordenação Econômica – uma das mais importantes pastas do país asiático -, Airlangga Hartarto, na tarde desta terça-feira (31), em Jacarta, capital Indonésia.

Em pauta, o fortalecimento da relação entre os países, visando a intensificação do comércio de produtos agrícolas, a conclusão das análises de riscos para exportação e novos acordos de cooperação técnico científica.

“Estamos aqui para aumentar as relações comerciais entre Brasil e Indonésia”, destacou Fávaro.

As exportações brasileiras do agronegócio têm registrado um crescimento significativo nos últimos anos. Em 2022, as exportações para a Indonésia atingiram US\$2,9 bilhões de dólares, passando a ocupar a 11ª posição no ranking brasileiro.

A pauta exportadora do Brasil junto à Indonésia é bastante concentrada principalmente produtos agropecuários, em que, dos US\$3,1 bilhões exportados ao país, US\$2,9 bilhões se enquadram como produtos do agronegócio, totalizando 93%.

Os principais produtos exportados são farelo de soja, açúcar, algodão, trigo e carne bovina.

De acordo com o ministro brasileiro, a relação comercial tem que ser boa para os dois lados. “Ambos têm que vender e comprar mais”, completou.

Entre as principais propostas tratadas, está a cooperação para produção de açúcar e etanol na Indonésia. O Brasil também ofereceu a transferência de tecnologia nacional para intensificação da produção sustentável de alimentos, a exemplo do arroz, de interesse da Indonésia, que já teve incremento de 17% na área de cultivo para a safra 2023/2024 brasileira.

Já o fortalecimento da relação comercial, com grande potencial de crescimento nos próximos meses, precisa encontrar mais espaço nas relações diretas entre o setor privado dos países.

Mercados abertos pela Indonésia em agosto, a comercialização de gado e carne processada bovina ainda encontra dificuldade na intermediação da estatal Indonésia.

“Temos que dar oportunidade para os entes privados se relacionarem diretamente tornando nossos países mais competitivos”, ponderou Fávaro.

O Ministério de Coordenação Econômica da Indonésia também integrará o grupo de trabalho proposto pelo Mapa para estruturar as ações de parceria entre os países no setor agropecuário.

Participaram da reunião o embaixador do Brasil na Indonésia, George Prata; o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Roberto Perosa; o adido agrícola em Jacarta, Bruno Breitenbach; o diretor de Promoção Comercial e Investimentos, Marcel Moreira Pinto; o auditor fiscal da Secretaria de Defesa Agropecuária, Allan Alvarenga e o chefe da Divisão de Promoção da Agricultura do Ministério das Relações Exteriores, Bruno Leite.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/11/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

BANCO CENTRAL REDUZ JUROS PARA 12,25% E INDICA NOVO CORTE DE MEIO PONTO NA PRÓXIMA REUNIÃO

Banco Central manteve recado ao governo federal de que é preciso "persecução da meta fiscal"

Por Alvaro Gribel — Brasília

Conforme esperado, o Banco Central do Brasil reduziu nesta quarta-feira, pela terceira vez seguida, a taxa básica de juros, Selic, em meio ponto percentual. Com a decisão, os juros caíram para 12,25%, o menor patamar desde maio de 2022. O BC também indicou que um novo corte de meio ponto acontecerá na próxima reunião, em dezembro.

"Em se confirmando o cenário esperado, os membros do Comitê, unanimemente, antevêm redução de mesma magnitude nas próximas reuniões e avaliam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário," disse o banco.



Diretores do Banco Central participaram de protesto de servidores no dia da reunião do Copom. Na foto, Maurício Moura, Roberto Campos Neto, Gabriel Galípolo e Ailton de Aquino — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

Outro ponto importante do comunicado foi o recado sobre a política fiscal. Apesar do risco de mudança da meta de resultado primário em 2024, o Banco Central optou por manter o mesmo tom, sem confrontar diretamente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto é exatamente o mesmo da reunião de setembro.

"Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas."

A redução dos juros reflete a queda dos índices de inflação no país e também a melhora das expectativas. De acordo com o Boletim Focus, o mercado financeiro estima que o IPCA vai encerrar o ano em 4,63%, dentro do limite de tolerância da meta (4,75%). Para 2024, a projeção está em 3,9%, e, para 2025, em 3,5%, também dentro da margem.

Na decisão de setembro, o Banco Central pontou a importância de o governo "ser firme" na persecução das metas fiscais.

"Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reforça a importância da firme persecução dessas metas."

Com o risco de mudança da meta, aumentaram as incertezas sobre o ritmo de cortes de juros no ano que vem.

Na segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou os nomes dos dois novos diretores do banco, que irão assumir os seus cargos em dezembro, após serem sabatinados pelo Senado Federal. São eles Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira, que foram indicados, respectivamente, para a diretoria de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos e a diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta.

Com os novos nomes, serão quatro diretores nomeados pelo presidente Lula no total de nove cadeiras na cúpula do BC, incluindo o chefe da instituição.

Também nesta quarta-feira, houve decisão de juros pelo Fed, Banco Central americano. Os juros por lá foram mantidos em 5,25%, e o comunicado foi considerado mais leve do que o esperado. Com isso, o dólar caiu 1,49% em relação ao real e o índice Ibovespa fechou em alta de 1,69%.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 01/11/2023

AUXILIARES DE LULA TEMEM 'DILMA 3' COM MANUTENÇÃO DE DÉFICIT ZERO PARA 2024

Integrantes do governo defendem rever alvo para contas públicas
Por Jeniffer Gularte — Brasília

Auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que defendem que o governo reveja a meta de déficit zero nas contas públicas para 2024 temem um cenário de "Dilma 3" se o alvo para as contas públicas for mantido, numa referência aos governos da petista Dilma Rousseff.

Ao defender uma meta de déficit de 0,25% ou 0,5% do PIB, algo que varia até R\$ 50 bilhões de rombo, integrantes do governo veem uma forma de garantir que não haja contingenciamento (bloqueio) do orçamento, o que traria impactos políticos negativos para Lula.

O temor de um contingenciamento nas contas públicas é de que isso impactaria na liberação de emendas, de investimentos públicos e impediria também reajuste de servidores públicos e promoções, de acordo com auxiliares de Lula, engessando a administração pública na visão desses técnico.



Lula durante reunião com ministros, líderes e presidentes de partidos — Foto: Ricardo Stuckert/PR

O cenário de "Dilma 3" é visto em um contexto em que, com este quadro se confirmando, o governo perderia apoio no Congresso, da população e dos servidores públicos.

Dilma sofreu impeachment em 2016, no seu segundo mandato.

A liberação de emendas para deputados e senadores é uma forma do governo barganhar apoio em pautas importantes do Planalto. Parlamentares também utilizam da ferramenta para pressionar o governo.

Outra preocupação é de que a meta poderia impactaria no andamento das obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), principal aposta do Planalto para ampliar volume de obras pelo país, captar investimento privado e gerar empregos no próximo ano.

Na live da última terça-feira, Lula afirmou que quer viajar o Brasil para inaugurar obras em 2024. O plano do presidente passa pela intenção de se dedicar mais ao ambiente doméstico depois de uma intensa agenda externa neste ano e ficar mais próximo das cidades no ano de eleições municipais. Ao colocar de pé essa ideia, o plano poderá impactar positivamente na popularidade de Lula, que sofreu revés nos últimos dois meses.

No Palácio do Planalto a defesa por uma revisão do déficit é encabeçada por integrantes da Casa Civil de Rui Costa. Como mostrou O GLOBO, auxiliares da ministra do Planejamento, Simone Tebet, avaliam que uma meta de déficit de 0,5% do PIB seria compatível com a situação do contas públicas federais. No Planalto, técnicos avaliam que uma a meta de 0,25% do PIB já ofereceria um colchão de segurança para evitar contingenciamento das contas.

Copom: BC deve cortar Selic em 0,50 ponto percentual, mas mercado vê ciclo de redução menor. Outro argumento é de que o prolongamento da guerra Israel-Hamas poderá trazer impactos econômicos ao Brasil em 2024, aliado ao conflito entre Ucrânia e Rússia, criando um cenário internacional com adversidades, aliado a erosão de receitas do governo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 01/11/2023

APÓS REUNIÕES COM LULA, HADDAD DIZ QUE NÃO VAI ANTECIPAR 'ESTRATÉGIA' E EVITA RESPONDER SOBRE META FISCAL

Por Renan Monteiro — Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que não pode antecipar estratégias e evitou responder sobre eventual mudança na meta fiscal de 2024, que estabelece como regra zerar o déficit das contas públicas.

Haddad vem apontando para a chamada "erosão" da base fiscal como uma das causas para a queda arrecadação do país, mesmo com o crescimento do PIB acima do esperado. Isso significa que há uma diminuição do valor sobre o qual são incididos os impostos federais. Ele declara que Lula está "preocupado" com essa situação:



O presidente Lula com o ministro Fernando Haddad. Política econômica é mal avaliada no mercado financeiro — Foto: Cristiano Mariz

— Não posso antecipar estratégia porque eu tenho que primeiro levar ao conhecimento do presidente, porque ele precisa validar as decisões que precisamos tomar. Ele está preocupado, porque ele está vendo que uma coisa de 2017 está repercutindo agora — disse Haddad.

Haddad teve três encontros com o presidente Lula nesta quarta-feira. O primeiro foi com os presidentes de bancos públicos, incluindo o novo titular da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira. Os outros dois contaram com a participação do ministro da Casa Civil, Rui Costa; ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 01/11/2023

BANCO CENTRAL MANTÉM O MESMO RECADO AO GOVERNO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE CUMPRIR A META FISCAL

Por Alvaro Gribel — Brasília



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo em protesto de servidores do BC — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

Ao cortar os juros nesta quarta-feira para 12,25%, o Banco Central manteve o mesmo tom em relação à política fiscal, mesmo com o risco de mudanças da meta de resultado primário no ano que vem.

"Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas", disse comunicado do Banco Central, repetindo o mesmo recado da reunião de setembro.

Na última sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que dificilmente o governo irá cumprir a meta de zerar o rombo das contas públicas no ano que vem.

Internamente, vem crescendo a pressão para que o Ministério da Fazenda mude a meta para pior, o que evitaria ao governo promover contingenciamento de gastos em ano eleitoral.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/11/2023

CAMPOS NETO, GALÍPOLO E DIRETORES DO BANCO CENTRAL PARTICIPARAM DE PROTESTO DE SERVIDORES

O ato foi em frente à sede da instituição em Brasília, em dia de reunião de Copom

Por Renan Monteiro — Brasília



Diretores do Banco Central participam de protesto de servidores na sede da instituição — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e diretores da instituição participaram nesta quarta-feira de um protesto de funcionários do BC, que pedem reestruturação de carreira e aumento salarial. Gabriel Galípolo, diretor de política monetária, foi um dos presentes na manifestação.

O ato foi em frente à sede do Banco Central, em Brasília, em dia de reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

A chamada operação-padrão começou em julho deste ano. Em função disso, há constante atraso na divulgação de dados econômico-financeiros mensais na autoridade monetária.

Em julho, pela primeira vez em 10 anos, o governo liberou 100 vagas de analistas para a instituição, abaixo do que queriam os sindicatos.

Um mês antes, o governo federal regulamentou o chamado bônus por eficiência, a ser pago aos auditores fiscais e analistas tributários da Receita Federal — uma das categorias mais bem pagas do funcionalismo. Isso gerou pressão dentro do BC. Os servidores querem, por exemplo, um pagamento de um bônus parecido com o da Receita.

Em pronunciamentos públicos, Campos Neto já vinha demonstrando apoio à categoria.



A diretora de administração do Banco Central, Carolina Barros, vem liderando com Campos Neto as tratativas com o governo.

Segundo o grupo sindical, a adesão de servidores à mobilização iniciada em julho é superior a 70% do corpo funcional da instituição.

“A operação-padrão teve, até o momento, grave repercussão no desenvolvimento do Real Digital (Drex), em 25% das atividades de supervisão e de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e na regulamentação de ativos virtuais”, cita o comunicado.

Além da demanda salarial, os funcionários também tem as demandas “não pecuniárias”, como a exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnico do BC.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/11/2023

ENTENDA EM CINCO PONTOS POR QUE A ARRECADAÇÃO DO GOVERNO ESTÁ EM QUEDA

Queda das commodities, inflação mais baixa e base de comparação elevada compõem o quadro sobre a perda das receitas

Por Alvaro Gribel — Brasília

A arrecadação de tributos federais caiu 0,78% de janeiro a setembro deste ano, em termos reais, e vem preocupando a equipe econômica, que aposta no aumento de receitas para reequilibrar as contas públicas. Nos últimos quatro meses, de junho a setembro, foram quatro quedas consecutivas.

Mas o que está levando a essa perda de arrecadação, se o crescimento da economia está surpreendendo positivamente? Este ano, o mercado financeiro elevou de 0,8% para 2,9% as projeções de crescimento do PIB.

A queda da arrecadação é uma das justificativas do governo para discutir mudança na meta fiscal, que hoje estabelece um déficit zero.

Entenda abaixo os cinco principais pontos.

1) Base de comparação elevada

O primeiro fator a se entender, segundo a própria Receita Federal, é que os anos de 2021 e 2022 foram atípicos em termos de arrecadação. Não foi à toa que o governo Bolsonaro conseguiu registrar superávit primário de R\$ 54 bilhões no ano passado, mesmo com aumento de despesas visando as eleições presidenciais.

Esse aumento de arrecadação foi puxado pelos preços das commodities, explica o economista Gabriel de Barros, da Ryo Asset, e especialista em contas públicas. Com o fim da pandemia, vários países reabriram ao mesmo tempo, o que provocou uma explosão de demanda, puxando para cima preços como minério de ferro, petróleo e soja, itens que o Brasil produz e exporta.

— O grande problema do arcabouço fiscal, e venho alertando isso desde o início, é de que ele demanda um aumento de receitas em cima de uma base que subiu de forma extraordinária. A queda este ano já era natural e esperada da arrecadação, por isso, a dificuldade de crescer ainda mais os números no ano que vem — explicou.

2) Queda dos preços das commodities

Com o fim dos efeitos da reabertura, o mercado de commodities passou por um período de ajuste, com queda nos preços, e isso se refletiu na arrecadação.

Segundo dados da Receita Federal, de janeiro a setembro, a arrecadação com o setor de mineração está R\$ 21 bilhões mais baixa do que no mesmo período do ano passado.

No setor de combustíveis, a perda é de R\$ 18,5 bilhões, e no setor de metalurgia, que, embora não seja commodity, tem relação com o minério de ferro, outros R\$ 8,2 bilhões a menos. Apenas com esses três itens, as perdas chegam a R\$ 47,7 bilhões.

3) Agricultura puxa o PIB e paga menos imposto

O crescimento da economia foi revisto para cima este ano, mas puxado principalmente pelo bom momento da agropecuária, acumula crescimento de 17,9% nos dois primeiros trimestres do ano, segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE. O problema é que o setor é pouco tributado.

Já a indústria de transformação, que tem uma carga mais elevada, está patinando, com queda de 1,3% no mesmo período.

— Os tributos relacionados à atividade estão tendo desempenho mais fraco, e um exemplo disso está no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que cai 12% este ano, com redução de R\$ 6,1 bilhões — explicou Gabriel de Barros.

O governo tem culpado a alta taxa Selic, que diminui a demanda e torna mais caros os investimentos. O Banco Central, por sua vez, argumenta que precisou subir os juros para conter a inflação, que estava fora do teto da meta.

4) Perda da base tributária

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem apontado a perda da base tributária como causa da piora da arrecadação e, de fato, isso tem impacto.

As principais queixas do ministro estão na chamada "subvenção de ICMS", que concede benefício fiscal para gastos com custeio, não só investimentos, e diminui a arrecadação de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). E também a exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS Cofins.

De janeiro a setembro, a queda de IRPJ e CSLL chega a R\$ 34,43 bilhões. Já no PIS/Pasep houve queda de R\$ 229 milhões, com aumento de R\$ 876 milhões em Cofins. Segundo Gabriel de Barros, no entanto, a perda de base é apenas um fator para a queda da arrecadação.

— Pode-se dividir a arrecadação em seis grupos, desses, apenas dois crescem este ano: o que está relacionado ao mercado de trabalho, que continua aquecido, ou seja, tributo sobre a folha de pagamento, e o PIS/Cofins, que está atrelado a uma mudança na sistemática de compensação pela Receita Federal. Isso elevou esse imposto — explicou.

5) Inflação mais baixa

Se a inflação mais baixa faz bem para a economia, para a Receita Federal, ela tem um efeito benéfico no curto prazo. A lógica é simples: se os preços sobem e os produtos ficam mais caros, sobe também o ganho nominal da arrecadação, já que a alíquota em percentual do imposto vai incidir sobre um valor mais elevado.

Para a Receita, principalmente o IGP-M tem efeito sobre a arrecadação. Em 2021, esse índice chegou a subir 37% acumulado em 12 meses até maio. No ano, fechou em alta de 17%, como novo aumento de 5,45% em 2022. Já em 2023, registra deflação de 4,57% nos 12 meses encerrados em outubro.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 01/11/2023

OSX, DE EIKE, ACUSA DONA DO PORTO DO AÇU DE AGIR COM 'TORPEZA' AO COBRAR R\$ 403 MILHÕES

Companhia está buscando sua segunda recuperação judicial
Por Rennan Setti

Em seu pedido para entrar em uma segunda recuperação judicial, a OSX, de Eike Batista, acusa a dona do Porto do Açu (Prumo Logística) de agir com “torpeza” ao cobrar dívida de R\$ 403 milhões. A cobrança se deve ao fim de um acordo celebrado entre a empresa de estaleiros e a Prumo que isentava a firma de Eike de pagar para ocupar áreas no porto.

A exploração dessas áreas é a única fonte de receita da OSX, que está obrigada a pagar a seus credores o que foi estabelecido na primeira recuperação judicial da companhia, iniciada em 2013 e encerrada em 2020.

“O posicionamento em questão só se justifica, com a devida vênia, no inegável intuito da PdA (Porto do Açu) de valer-se de sua própria torpeza para tomar a área da OSX, por meio da excussão de seus bens, da simples declaração da perda de seus direitos ou mesmo pela tentativa de total inviabilização dos negócios da companhia, o que se busca impedir por meio desta legítima medida de tutela judicial de urgência”, escreveram os advogados da firma de Eike ao pedir tutela de urgência no último dia 30, em preparação para uma nova recuperação judicial.

Fontes que acompanham o caso ouvidas pela coluna vêm chamando atenção para o salto nos gastos administrativos da OSX — a única empresa do antigo “Império X” que sobrou nas mãos de Eike Batista —, como também relatou a colunista Malu Gaspar nesta quarta-feira.

A OSX disse ter sido surpreendida pela decisão da Prumo de não renovar seu acordo e acusa a companhia de rejeitar qualquer alternativa proposta pela firma de Eike. A dívida de R\$ 403 milhões com a Prumo venceu no dia 30, e a OSX tem cinco dias úteis para pagá-la.

“Exatamente em razão das consequências da queda do Standstill é que a presente medida de natureza cautelar se mostra imprescindível”, escreveram os advogados. “Com isso, há o iminente risco de a PdA, frente à antecipação do término de vigência do ‘standstill’, exigir, em especial, além do pagamento dos aluguéis pela utilização da área (diferidos e vincendos), o vencimento antecipado das debêntures de série ímpar, subscritas no âmbito da recuperação judicial; e a excussão de garantias outorgadas pela OSX, repercutindo tal fato sobre todos os credores da OSX, notadamente os demais debenturistas daquela série.”

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/11/2023

LULA ANUNCIA OPERAÇÃO DE GLO EM PORTOS E AEROPORTOS NO RIO E EM SÃO PAULO PARA CONTER CRIME ORGANIZADO

Forças Armadas também vão aumentar atuação em estados que fazem fronteira com o Paraguai, rota de entrada de armas de grosso calibre

Por Bruno Góes — Brasília



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Ao lado de ministros e comandantes das Forças Armadas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta quarta-feira, no Palácio do Planalto, a realização de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com uso de militares, para atuar em portos e aeroportos e, assim, contribuir para o enfrentamento para a crise na segurança pública do Rio de Janeiro. Em decreto assinado na cerimônia, a validade da operação será expirada em maio de 2024.



Há menos de uma semana, Lula disse que não decretaria uma GLO sob sua Presidência. Nesta quarta-feira, sem se referir ao posicionamento, afirmou que a situação era "muito grave" e que seria uma ação pontual.

— Esse decreto estabelece a criação de uma operação integrada de combate ao crime organizado. E por isso estou fazendo esse decreto de GLO especificamente para portos do Rio, Itaguaí, Santos e nos aeroportos do Galeão e Guarulhos — disse Lula.

Entenda as medidas

Decretação de GLO restrita aos locais

- Porto do Rio de Janeiro/RJ;
- Porto de Santos/SP;
- Porto de Itaguaí/RJ;
- Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro;
- Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

A Marinha ampliará a atuação, em articulação com a Polícia Federal, nos seguintes locais:

- Baía de Guanabara/RJ;
- Baía de Sepetiba/RJ;
- acessos marítimos ao Porto de Santos/SP;
- Lago de Itaipu.

Haverá, nos próximos meses, reforço de efetivo e equipamentos, com mobilizações extras na Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional, nos seguintes estados:

- São Paulo;
- Rio de Janeiro;
- Mato Grosso;
- Mato Grosso do Sul;
- Paraná

As Forças Armadas vão atuar nos portos e aeroportos em conjunto com a Polícia Federal. Exército e Aeronáutica também vão ampliar a atuação nas fronteiras, em conjunto com PF e Polícia Rodoviária Federal, em especial no Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul — segundo Dino, há ligação logística com as facções que atuam no Rio e em São Paulo. Paraná e Mato Grosso do Sul fazem fronteira com o Paraguai, por onde investigações apontam que entram armas de grosso calibre e drogas no Brasil.

Participaram do ato os ministros da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, da Defesa, José Múcio, da Casa Civil, Rui Costa; bem como os comandantes, general Tomás Paiva (Exército), almirante Marcos Olsen (Marinha) e tenente-brigadeiro Marcelo Damasceno (Aeronáutica). Também integrou o grupo o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues.

Na operação, serão empregados 3.700 homens das Forças Armadas, divididos em:

- Exército - 2.000 homens;
- Marinha - 1.100 homens;
- Aeronáutica - 600 homens.



Durante a coletiva, Dino e o comandante da Aeronáutica registraram que os militares terão "poder de polícia" para atuar nos portos e aeroportos. A GLO terá comandantes locais das respectivas forças e um comitê integrado em Brasília, do qual Múcio e Dino farão parte, para coordenar as ações.

— Temos esse poder de polícia tanto na área de manobra de aeronaves, na questão de movimentação de bagagens e cargas, como também no saguão com uma operação policial extensiva — afirmou Damasceno.

Segundo Rui Costa, se as organizações criminosas alteraram as rotas de drogas e tráfico de armas para novos aeroportos ou portos, "de imediato" esses locais serão incorporados à operação.

Olsen tratou da liberdade que a Marinha terá para atuar.

— A Marinha tem o mandato para evoluir para uma revista criminal e assim fazer a sua atuação — explicou o almirante.

'GLO não entrará em favela'

Após fazer o anúncio, Lula deixou a sala onde estava a imprensa sem responder a perguntas. Coube, então, ao ministro da Justiça e Segurança Pública falar sobre o recuo do presidente sobre a decretação da operação.

Segundo Dino, quando Lula criticou as operações de GLO, estava se referindo a operações de proximidade contra o crime, e que esse "modelo" de operação é distinto.

— Não haverá GLO subindo morro e entrando em favela — disse Dino.

Na segunda-feira, após encontro com autoridades do Rio, Dino adiantou que o governo deve formalizar a criação de um grupo de trabalho, com auxílio da PF e da Polícia Civil do Rio, entre outros órgãos, para "asfixiar" a milícia e o tráfico de drogas.

Em outra frente, as Forças Armadas reforçarão portos, aeroportos e fronteiras para tentar operar uma "asfixia logística" de organizações criminosas.

A força-tarefa, segundo o ministro da Justiça, deve ser formalizada na próxima quarta-feira, em encontro com o governador do Rio, Cláudio Castro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/11/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

HADDAD ADMITIU POSSIBILIDADE DE MUDAR META FISCAL, MAS QUERIA EM 2024; LEIA BASTIDOR

Ministros que integram junta orçamentária querem discutir revisão da meta fiscal até semana que vem

Por Adriana Fernandes e Mariana Carneiro

BRASÍLIA - A Junta de Execução Orçamentária (JEO) deve se reunir até a próxima semana para definir o melhor momento da mudança da meta fiscal e o novo valor.

A JEO é um colegiado que toma as decisões de política fiscal do governo e é formado pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Casa Civil (Rui Costa), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Esther Dweck (Gestão).

A discussão da mudança da meta para o próximo ano acelerou diante da iminência do início da votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) da Lei de Diretrizes Orçamentárias, na qual está fixada a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024 e que serviu de base para a elaboração do Orçamento.

O governo conseguiu segurar o início da votação até agora na CMO. A promessa dos partidos do Centrão de colocar em votação a LDO fez com que o governo se movimentasse em torno dessa definição. A discussão gira em torno do valor da nova meta: se de um déficit de 0,25% do PIB ou ainda maior, de 0,5%.

O Estadão apurou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu a informação de que os dados mais recentes da área econômica sobre o Orçamento de 2024 apontavam um buraco de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas do governo.

Lula foi avisado também que, antes de algum alívio no Orçamento, com o cenário atual, ele teria que enfrentar dois bloqueios de despesas no início do ano, o que obrigaria cortes em políticas públicas importantes e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Justamente em ano de eleições municipais, quando o presidente quer evitar que o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, avance sobre prefeituras pequenas em todo o Brasil.

O calendário de bloqueios preocupa também os aliados de Lula no Congresso, uma vez que retardaria a liberação de verbas em emendas parlamentares e poderia não chegar a tempo de irrigar os seus redutos eleitorais antes da eleição.

A partir de junho, repasses do governo federal a prefeituras é vedado pela lei eleitoral.

Ano que vem

Segundo apurou o Estadão, na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a manutenção da meta para o presidente, argumentando que precisava aprovar as medidas arrecadatórias e que o cenário internacional estava ruim.



Na reunião, no Palácio do Planalto, o ministro até admitiu a possibilidade de mudança, mas que fosse feita no ano que vem, com o objetivo de não atrapalhar o avanço das medidas de arrecadação no Congresso.

Em reunião, ministro até admitiu a possibilidade de mudança, mas que fosse feita no ano que vem, com o objetivo de não atrapalhar o avanço das medidas de arrecadação no Congresso. Foto: Wilton Junior/Estadão

O problema, segundo fontes ouvidas, é que a avaliação dominante na JEO é de que deixar para o ano que vem a mudança da meta seria o “o pior dos mundos”, pois aumentaria ainda mais o custo político para a revisão, com a pressão crescente de parlamentares contra os bloqueios e pela liberação rápida de emendas. Neste momento, portanto, seria menos custoso fazer a mudança.

Procurado, o Ministério da Fazenda não comentou.

Diante da resistência de Haddad, cresceu a desconfiança na Câmara e no Senado de que o ministro estaria trabalhando com a alternativa de iniciar 2024 sem o Orçamento aprovado, com o objetivo de não trazer a público o déficit esperado e ganhar tempo.

A mudança da meta preocupa parte do governo não apenas em razão da execução dos gastos em 2024, mas também em relação a 2025. Caso a meta não seja cumprida, o governo teria de arcar com um redutor de gastos a uma razão de 50% do crescimento das receitas, o que inviabilizaria o governo no meio do mandato, segundo aliados de Lula.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 01/11/2023

META FISCAL: MINISTROS E EQUIPE ECONÔMICA CONSULTAM RELATOR DA LDO SOBRE MUDANÇA

Deputado Danilo Forte defendia mudança da meta há meses; Tebet, Padilha e Rui Costa estiveram na reunião
Por Iander Porcella

BRASÍLIA - Integrantes do governo consultaram o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, Danilo Forte (União Brasil-CE), nesta quarta-feira, 1º, sobre uma possível mudança na meta fiscal.

O deputado foi chamado ao Palácio do Planalto e participou de uma reunião com os ministros Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Simone Tebet (Planejamento) e com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, apurou o Estadão/Broadcast. O chefe da equipe econômica, Fernando Haddad, não estava presente no encontro.

O governo indagou o deputado sobre quais são as possibilidades de mudança da meta na LDO, mas ainda não indicou se enviará uma mensagem modificativa para alterar o objetivo de zerar o déficit das contas públicas no relatório preliminar, cuja votação está marcada para a próxima terça-feira, 7, na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Os ministros sinalizaram que haverá novas reuniões para decidir sobre a meta e que a decisão será tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, representou a principal pasta da economia no encontro Foto: Diogo Zacarias / Ministério da Fazenda

Forte, que há meses defende a mudança na meta, reforçou que está disposto a um acordo. Em entrevista ao Estadão, Forte disse que estava “totalmente” aberto a uma revisão da meta, mas que o tempo era “exíguo”.

Após a votação do relatório preliminar da LDO na CMO, o governo ficará impedido de enviar a mensagem modificativa, mas o deputado ressaltou que a alteração do objetivo fiscal pode ocorrer por meio de emendas de parlamentares ou de um grande acordo do Executivo com o Congresso. Nesse caso, ele mesmo seria o responsável por alterar a meta no parecer final.

A meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024 foi apresentada por Haddad no começo do ano, junto com o novo arcabouço fiscal, que substituiu o antigo teto de gastos, com regras mais flexíveis para as despesas. A ala política do governo e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, contudo, foram contra o objetivo por entenderem que o aperto fiscal pode comprometer o crescimento econômico. O ministro da Fazenda vinha resistindo ao “fogo amigo” e tem focado em aprovar medidas no Congresso que elevem a arrecadação; mas, após declarações de Lula, voltaram a aumentar as pressões por mudança na meta.

Lula disse, em café com jornalistas na última sexta-feira, 27, que “dificilmente” o governo conseguirá zerar o déficit fiscal em 2024 e declarou que não quer fazer cortes em investimentos para cumprir a meta. “Tudo que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal, a gente vai fazer. O que posso dizer é que ela não precisa ser zero. A gente não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo um corte de bilhões nas obras que são prioritárias nesse País”, afirmou o petista.



Danilo Forte alertou hoje os membros do governo que o calendário para a votação da LDO está apertado. Com o adiamento da votação do parecer preliminar, inicialmente prevista para esta semana, Forte passou a temer que o relatório final seja votado somente em dezembro, o que também empurraria ainda mais para frente a apreciação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse atraso reacende o temor de que o Orçamento da União seja aprovado somente no ano que vem, o que poderia travar o pagamento de emendas parlamentares em ano eleitoral.

A ideia inicial de Forte era votar o relatório preliminar nesta terça-feira, 31, na CMO, o que abriria o prazo para a apresentação de emendas ao parecer final, cuja votação seria em 22 de novembro. Como a reunião do colegiado orçamentário não foi convocada esta semana, o relator teme que a tramitação seja concluída somente em dezembro. Isso porque o prazo regimental para a elaboração de emendas ao texto final é de 10 dias. Depois de passar na CMO, o parecer ainda vai para o plenário do Congresso. A LDO serve de base para a LOA.

Caso o Orçamento não seja votado este ano, por causa do atraso na tramitação, o governo teria que operar no começo de 2024 com uma execução orçamentária provisória, com limitação de recursos e prioridade para despesas obrigatórias e custeio da máquina pública. Há um dispositivo na própria LDO que permite esse cenário caso a LOA não seja aprovada até 31 de dezembro. Mas esse cenário não interessa ao Congresso, porque significaria uma trava no pagamento de emendas em ano de eleições municipais.

É incomum que a LOA e a LDO tramitem ao mesmo tempo, como no cenário que se desenha este ano, justamente porque o primeiro projeto define as diretrizes para o segundo. O prazo para votação da LDO no Congresso termina sempre em julho. Sem aprovar o texto, os parlamentares não podem entrar em recesso formal, mas há uma brecha, porque os deputados e senadores podem fazer um recesso informal de duas semanas. Foi o que aconteceu este ano.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/11/2023

PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA FICA ESTAGNADA NO TERCEIRO TRIMESTRE, APONTA O IBGE

Resultados sugerem que PIB deve ter encolhido no período, embora não alterem a perspectiva de crescimento de 3% para a atividade econômica no fechamento do ano, segundo economistas

Por Daniela Amorim

RIO - A indústria brasileira fechou o terceiro trimestre com estagnação. A produção ficou estável (0,0%) tanto na comparação com o segundo trimestre deste ano quanto em relação ao terceiro trimestre do ano anterior. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal, divulgados nesta quarta-feira, 1º, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os resultados sugerem que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve ter encolhido no terceiro trimestre, embora não alterem a perspectiva de crescimento de 3% para a atividade econômica no fechamento do ano, opinou o economista André Perfeito.

Segundo ele, “está evidente que há um descolamento entre oferta e demanda no Brasil”, uma vez que os indicadores de oferta “têm se mostrado fracos”, enquanto o mercado de trabalho aponta uma demanda aquecida, com a massa salarial e a renda real em alta.

“Duas hipóteses podem explicar o fenômeno, a saber: a melhora da renda e da massa salarial pode estar se traduzindo não em consumo, mas em desalavancagem (pagamento de dívidas) das famílias que se endividaram durante a pandemia ou o consumo está vazando para fora via importações”, ponderou Perfeito, em comentário.



Indústria ficou estagnada no terceiro trimestre Foto: Washington Alves / Reuters

A produção industrial escapou do vermelho nos últimos dois meses consecutivos. No mês de setembro, houve ligeira elevação de 0,1% em relação a agosto, após um crescimento de apenas 0,2% no mês anterior. No entanto, a indústria vinha de uma queda de 0,3% em julho.

Na passagem de agosto para setembro, 20 das 25 atividades pesquisadas registraram retração. A expansão de 5,6% registrada nas indústrias extrativas foi determinante para manter a média industrial em território positivo, mas o segmento extrativo vinha de uma perda acumulada justamente de 5,6% nos dois meses anteriores, ponderou o IBGE.

“No âmbito doméstico, a atividade industrial sente os efeitos do forte aperto monetário. No âmbito externo, o aumento das taxas de juros pelos bancos centrais para combater a inflação continua pesando sobre a atividade econômica mundial”, justificou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em nota.

As demais principais influências positivas sobre o total da indústria em setembro ante agosto partiram de produtos químicos (1,5%) e de derivados do petróleo e biocombustíveis (0,5%). Na direção oposta, entre as 20 atividades com perdas, os destaques negativos foram os produtos farmacêuticos (-16,7%), máquinas e equipamentos (-7,6%) e veículos (-4,1%).

“Fica claro esse comportamento de um avanço do setor industrial concentrado em poucas atividades”, resumiu André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE. “Tem predomínio muito claro de taxas negativas quando se observam as categorias econômicas e atividades investigadas”, apontou.

Em meio ao cenário de juros elevados, a produção industrial brasileira permanece apenas 0,3% acima do nível de dezembro de 2022, indicando um “comportamento de estabilidade” neste ano, frisou André Macedo.

“Por mais que o setor industrial avance pelo segundo mês seguido, ele praticamente não altera o patamar que encerrou o ano passado”, disse o pesquisador. “Dá ideia ainda de um setor industrial com menor dinamismo, estabilizado em determinado patamar.”

A indústria operava em setembro em nível 1,6% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, no pré-pandemia, além de 18,1% aquém do ápice alcançado em maio de 2011.

“A taxa de juros em patamar elevado é algo a ser considerado para que o setor industrial, passados nove meses de 2023, ele praticamente não altera o patamar que tinha encerrado o ano passado”, apontou Macedo.

O pesquisador diz que a política monetária mais restritiva tem influência sobre as empresas, nas decisões de investimentos, mas também impacta as famílias, em suas decisões de consumo. O efeito da trajetória descendente da taxa básica de juros, com início do ciclo de cortes na Selic em agosto, ainda não foi sentido pelo setor, porque “se dá de forma mais defasada” na indústria, apontou Macedo.

A taxa de juros elevada explica a falta de dinamismo da indústria em 2023, mas o setor também enfrenta fatores estruturais, como o Custo Brasil e a alta carga tributária, acrescentou o gerente do IBGE.

“Claro que o problema do setor industrial não deriva somente de juros”, ponderou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/11/2023

MERCADO LIVRE DE ENERGIA PREPARA SUA MAIOR EXPANSÃO

A partir de 1º de janeiro de 2024, 165 mil novos clientes poderão aderir o mercado livre de energia onde poderão ter acesso a tarifas mais baratas

Por Estação Blue Studio

O mercado brasileiro de energia elétrica está às vésperas de uma das mudanças mais importantes de sua história. A partir de 2024, passa a vigorar a Portaria 50/2022 do Ministério de Minas e Energia (MME), que autoriza qualquer consumidor ligado ao sistema de alta tensão – o chamado Grupo A – a migrar para o mercado livre. Ou seja, cerca de 165 mil clientes poderão negociar diretamente com os fornecedores de energia em busca de tarifas melhores.

Tem muita gente contando os dias. No começo de outubro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que mais de 8,7 mil consumidores habilitados já haviam sinalizado a intenção de fazer a migração – o pedido tem que ser feito com seis meses de antecedência. Esse movimento, no entanto, pode ser muito maior. Uma estimativa da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aponta que 24 mil consumidores devem deixar o mercado regulado ao longo do ano que vem.

O número de clientes em potencial, no entanto, é cerca de três vezes maior. Na regra atual, apenas consumidores cuja demanda supere os 500 quilowatts (kW) têm acesso ao mercado livre. Pelas contas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) isso permite que apenas 37 mil dos 202 mil consumidores de alta tensão se beneficiem. Do restante, 93 mil já fizeram investimentos em geração distribuída e não devem ter tanto interesse. Sobram 72 mil unidades.



A partir de janeiro, qualquer consumidor ligado ao sistema de alta-tensão poderá migrar para o mercado livre Foto: Wentao Li

Energia mais barata

Uma sondagem publicada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no começo deste ano mostra que mais da metade – 56% – das empresas ouvidas querem fazer a transição.

Segundo o gerente de Energia da CNI, Roberto Wagner Pereira, o principal atrativo é o preço. Como os contratos do mercado livre são bilaterais, não existe um dado preciso sobre quanto uma empresa pode abater em sua conta de luz. A estimativa da entidade é que a média do desconto fique entre 10% e 20%. Mas há casos que pode ser bem maior. “Como tem muita energia alternativa entrando no Nordeste, já tem gente falando em descontos de 40%”, aponta Pereira.

Além da competição entre os fornecedores – o Brasil conta com mais de 510 comercializadoras de energia –, o mercado livre tem outra vantagem que ajuda a explicar os preços mais baixos. De acordo com o presidente-executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Rodrigo Ferreira, as distribuidoras que operam no mercado regulado precisam contratar energia por prazos muito longos. Essa foi a forma que o governo encontrou de viabilizar a expansão da geração e, sob muitos aspectos, funcionou. “O modelo de contratação de longo prazo viabilizou a expansão da geração e quase dobrou a expansão da geração”, diz.

O outro lado é que, como esses contratos costumam ser corrigidos pela inflação, no longo prazo, as tarifas do mercado regulado podem ficar acima das praticadas no mercado livre. “A indexação é perversa”, sintetiza Rodrigo.



Mas nem tudo se resume à conta. Flexibilizar as condições de fornecimento de energia de acordo com as particularidades dos clientes também oferece vantagens como explica o residente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa. “Uma empresa que tenha suas unidades industriais pode gerenciar seus contratos e produzir onde tiver a energia mais barata”, pondera.

Gestão de risco

Nada disso quer dizer que o mercado livre seja a melhor opção para todos. “O mercado livre tem riscos que o regulado não tem. Contratos de curto prazo podem ser mais baratos, mas preveem reajustes desfavoráveis. Tem que fazer a gestão de riscos e isso não é algo trivial”, alerta Pedrosa.

Cedo ou tarde, os consumidores terão de aprender a se orientar na nova paisagem. A tendência é que o mercado livre continue se expandindo até abarcar todas as 89 milhões de unidades consumidoras do Brasil.

No ano passado, o Ministério de Minas e Energia (MME) realizou consulta pública na qual previa a abertura do mercado em 2026 para clientes comerciais de baixa tensão, dois anos depois, em 2028, para clientes residenciais e rurais. A questão também está na pauta do Congresso Nacional. Em agosto, a Câmara dos Deputados instalou uma comissão especial para debater o PL 414/21, que tem como objetivo a universalização do mercado livre.

A dúvida é como fazer a transição, especialmente em como lidar com os contratos entre as distribuidoras do mercado regulado e os geradores de energia. Caso a demanda encolha muito rapidamente, as distribuidoras podem acabar com um excesso de energia em suas carteiras, o que impactaria preços.

No momento a situação parece sob controle. Estudo feito pela consultoria EY e pela Abraceel em novembro do ano passado identificou cerca de 3 gigawatt (GW) em contratos com usinas termelétricas próximos do encerramento. Esse volume quase iguala os 3,6 GW que os clientes do Grupo A poderão consumir em média e que poderão acessar no mercado livre a partir do ano que vem.

Para dar realmente certo, no entanto, a abertura tem que ser bem planejada. “A abertura não é um fim em si mesmo. Ela precisa ser um meio para tornar o mais mercado de energia mais eficiente”, conclui Paulo Pedrosa, da Abrace.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 01/11/2023

‘PROCESSO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ESTÁ UM POUCO DEVAGAR EM BRASÍLIA’, DIZ CEO DA SAINT-GOBAIN

Javier Gimeno, CEO para América Latina, destaca que houve muitos avanços, mas mudança efetiva na indústria privada só será feita com maior reforço governamental

Por Beatriz Capirazi

ENTREVISTA COM

Javier Gimeno - CEO da Saint-Gobain para América Latina

Embora a agenda de desenvolvimento verde seja uma das principais pautas das empresas e do governo Lula, o processo de transição energética no Brasil não está tão acelerado como deveria, na avaliação de Javier Gimeno, CEO da América Latina da fabricante de materiais de construção francesa Saint-Gobain.

“A ação do governo e as exigências dos consumidores finais deveriam ser um elemento de aceleração desse processo (de transição energética), que aqui em Brasília ainda fica um pouco

devagar”, afirmou o executivo ao Estadão. Ele destacou que o governo já fez muito, mas é necessário fazer ainda mais.

Para Gimeno, a transição para uma economia de baixo carbono — que diminua as emissões de gases poluentes durante toda a produção — acontecerá inevitavelmente no Brasil e no setor de construção civil. A questão, no entanto, é se acontecerá em 20 anos, o que seria desejável, ou em 100 anos, o que “seria um problema para todos”.

O porta-voz da empresa destaca que uma mudança efetiva em toda a cadeia da construção civil só será vista a partir do momento que o governo pressionar a indústria privada, possibilitando avanços mais rápidos através da “criação de novas legislações e regulamentações”.



Javier Gimeno, CEO para América Latina, destaca que houveram muitos avanços neste governo, mas que mudança só será feita com Foto: Jean Chiscano

“Uma legislação nova para assegurar que os prédios antigos vão ser renovados e que os prédios novos vão ser construídos segundo padrões mais exigentes. Acho que isso seria algo que mudaria rapidamente o panorama brasileiro”, afirma.

Abaixo, confira os principais trechos da entrevista:

Vários setores poluentes tem modificado as suas estratégias de negócio nos últimos anos, atrelando a sustentabilidade como um agregador de valor ao negócio. Essa mudança tem sido motivado por uma pressão da cadeia produtiva ou do próprio consumidor final?

Quando você analisa as emissões de CO2 no mundo, a construção civil representa quase 38% das emissões totais. Então essa responsabilidade do setor no problema é bem grande. Acho que a construção civil está mudando rapidamente e não tem uma explicação única.

Com certeza a pressão dos consumidores é bem importante, eles estão procurando produtos limpos, produtos respeitosos com o meio ambiente e as empresas estão sentindo essa demanda crescente de produtos verdes.

Para se adaptar, estão acelerando a produção desses produtos para ficar bem alinhados com as demandas. Mas além disso temos uma movimentação também muito importante no plano político e no plano internacional. Os governos tem adquirido um compromisso grande com a agenda ambiental e isso está ajudando.

A construção civil é por natureza conservadora e precisa de tempo para se adaptar. Mas se você olhar o crescimento das construções verdes é muito grande, e a taxa de penetração desse tipo está acelerando, o que quer dizer que a tendência para o longo prazo é muito positiva.

Para a construção civil, a pressão da cadeia produtiva é um ponto relevante também?

Sim, claro. Mas eu acho que a tração começa pelo consumidor final e pelos governos. É muito importante que o governo avance mais rapidamente em novas legislações e regulamentações que vão favorecer a utilização de produtos verdes. Se essa tração dos consumidores finais existe e se os governos colocam movimentação no sistema, toda a cadeia produtiva e logística vai se adaptar rapidamente.

O terceiro mandato do Lula tem sido focado no desenvolvimento de uma economia verde, mas houve controvérsias com o PAC ter um grande investimento em petróleo e gás. Para o senhor, o que falta para ampliar essa agenda verde de fato nas empresas?

O governo atual fica bem alinhado com os objetivos mundiais. Todos acreditamos que ainda tem bastante para fazer. Bastante foi feito, mas é preciso fazer mais. Eu não sou muito favorável a



criação de impostos adicionais, mas essa ideia de desonerações fiscais ou tratamentos fiscais mais vantajosos para as empresas exemplares é uma boa coisa.

Para mim, o ponto mais importante é a entrada em vigor de uma nova legislação muito mais exigente em termos de transição energética, para que na construção civil os prédios novos sejam construídos de acordo com padrões internacionais, que já permitem reduzir de forma notável, quase até zero, as emissões de CO2. Isso é possível, depende da vontade do governo.

Estou esperando também legislações novas para favorecer renovação dos prédios existentes que foram construídos com padrões completamente ultrapassados. Uma legislação nova para assegurar que os prédios antigos vão ser renovados e que os prédios novos vão ser construídos segundo padrões mais exigentes... Acho que isso seria algo que mudaria rapidamente o panorama brasileiro.

A Saint-Gobain anunciou em julho deste ano que substituiria o gás natural por biometano, um gás livre de carbono, em suas usinas no Brasil. Existe um debate entre os especialistas do setor, que enxergam o biometano como um combustível de transição. Para a Saint-Gobain, sua implementação é transitória?

Depende da evolução do biometano em termos de custo e depende também dos diversos processos de produção. Você tem processos de produção que precisam de uma potência calorífica que o biometano não pode entrar.

A resposta não pode ser uma resposta única, depende muito desses dois fatores: a potência calorífica que o biometano pode dar e também a evolução dos custos das diferentes alternativas que temos. Ainda hoje, do ponto de vista econômico, o biometano não fica tão competitivo quanto outras energias alternativas, mas o gap é relativamente pequeno.

Uma empresa como a Saint-Gobain está pronta para digerir esse gap de competitividade para poder continuar progredindo no campo da sustentabilidade.

O senhor mencionou que o biometano não dá conta de alguns processos. Quais são eles?

Por exemplo, na fabricação de vidro você pode utilizar um percentual relativamente importante de biometano, mas não pode engessar completamente o gás natural ou eletricidade com biometano. O assunto é bastante complexo, você não tem uma resposta única para todos os processos produtivos e não tem uma resposta única para todas as regiões do Brasil, porque a disponibilidade das diferentes fontes de energia é diferente tanto em termos de acessibilidade quanto em termos econômicos.

Começamos a utilizar biometano este ano. Por enquanto, temos três usinas. A ideia é continuar crescendo esse número de usinas,. Mas mesmo nas que estamos utilizando o biometano é somente uma parte do mix energético dessas usinas, não é a substituição completa da energia utilizada nessas usinas, primeiro porque a quantidade de biometano fica limitada e segundo pela questão calorífica.

No anúncio em julho, vocês comentaram a meta de implementar o biometano em todas as unidades da empresa no continente sul-americano. Vocês já implementaram em algum outro país além do Brasil?

Por enquanto, só no Brasil, mas temos um plano de implementação bem ambicioso que vai depender também da capacidade das empresas especialistas na produção de biometano para se implantar nesses países.

No Brasil a implementação é uma parceria para uma expansão conjunta com o grupo Urca Energia. Eles têm planos de instalar em outros países, então essa parceria está só no começo. Nossa estratégia é de implementar biometano em todas as usinas da Saint-Gobain na América Latina, o que não quer dizer que em cada uma das usinas o biometano vá ser a sua fonte de energia, já que depende das circunstâncias específicas de cada região e também os custos.

Temos o objetivo de produzir de forma completamente sustentável, mas esse objetivo tem que ser compatível com uma produção competitiva em termos de custos.



Javier Gimeno, CEO para América Latina, destaca que houveram muitos avanços neste governo, mas que mudança efetiva só será feita com reforço governamental Foto: Divulgação

Essas metas para implementação do biometano em todas as usinas da América Latina são para 2030. Você já tem uma perspectiva de qual seria o próximo país que vai ter essa implementação ou uma estimativa do ano em que acontecerá?

Esses planos ainda estão sendo discutidos internamente e eu não gostaria de falar publicamente de uma discussão que está ainda andamento. Mas tenha certeza que essa expansão vai ficar bem alinhada com o dispositivo industrial da Saint-Gobain, que fica muito presente em países como Argentina, México, Brasil e Colômbia, que são os países principais e onde deveríamos começar primeiro. Mas ainda é muito cedo, o processo apenas começou com três usinas em 2023. Teremos algumas mais ano que vem e vamos completar no Brasil. Atualmente, temos 60 usinas. Se completarmos o Brasil nos próximos dez, oito meses, já dá para celebrar.

No anúncio da substituição do gás pelo biometano, o senhor comentou que o foco da empresa era modificar estruturalmente sua produção do que fazer isso via compra de créditos de carbono ou programas de reflorestamento, que é o que a maioria das empresas tem feito. Quereria que o senhor comentasse esse posicionamento.

A filosofia da Saint-Gobain é que acreditamos que o melhor carbono é o carbono não produzido. Nosso esforço está na redução das nossas emissões mudando nossos processos produtivos para que eles necessitem menos energia.

Eu tenho uma visão positiva do crédito de carbono, é um elemento que vai fazer progredir o Brasil e o planeta nessa meta comum, mas nós ficamos além disso. Não se trata de compensar, se trata de eliminar completamente nossas emissões. Quando isso não for possível, podemos falar de compensar. Mas ainda pensamos que nosso foco tem que ficar na redução sensível dessa necessidade de energia e o uso de energia limpa.

Ainda em julho, a Saint-Gobain havia anunciado que 72% das vendas do grupo são de produtos verdes. Esse número continua o mesmo?

Sim, mas a ideia é que nos próximos dois anos 100% dos nossos produtos sejam verdes. Um dos elementos mais importantes na redução de água é mudar a formulação dos nossos produtos. Essa reformulação permanente para eles ficarem completamente verdes é um trabalho feito em todos os nossos centros de pesquisa.

Para oferecer hoje um produto 100% sustentável para o consumidor, existe um custo a mais muito maior do que os pares no mercado a ser pago pelo consumidor?

Teoricamente existe, mas se você faz seus esforços, que que você tem que fazer em termos de desenvolvimento e tecnologia, você consegue levar para o consumidor um produto que não é mais caro. Não é fácil e nem todas as empresas fazem isso, mas temos o compromisso duplo de ter produtos limpos e competitividade de custos.

Descarbonizar levando para o mercado produtos muito mais caros é fácil, o que é difícil é descarbonizar desenvolvendo produtos limpos, com alto nível de desempenho e levar isso para o mercado a um preço competitivo.

O senhor citou o comprometimento do setor com a descarbonização e a transição energética. O senhor já enxerga o setor mais sustentável nos próximos anos, com grandes avanços?

A expectativa é muito positiva para o futuro. Mas as situações são bem diferentes de país para país. Você tem uma movimentação muito forte que tem feito grandes progressos na Europa, também nos Estados Unidos e em alguns países da Ásia.

Na América Latina e no Brasil, estamos apenas começando. Por isso a ação do governo e as exigências dos consumidores finais deveriam ser um elemento de aceleração desse processo (de transição energética), que aqui em Brasília ainda fica um pouco devagar.

Essa transição está acontecendo. O assunto é saber se a transição vai acontecer em 20 anos, que seria desejável, ou em 100 anos, o que seria um problema para todos. O que eu observo é uma aceleração progressiva da utilização das soluções sustentáveis na construção civil.

No Brasil ainda muitos esforços para fazer, mas acho que vai ser acelerada por causa da pressão dos consumidores, que querem morar em prédios verdes e sustentáveis, onde eles tem garantido um bem-estar e um conforto e também pela pressão que o governo vai colocar no setor para acelerar essa transição absolutamente indispensável.

Você não pode atender o objetivo de descarbonização se 40% do problema não é tratado e grande parte das emissões de CO2 tem origem na construção civil. Então se você não ataca esse problema, você não resolve o problema global.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 01/11/2023

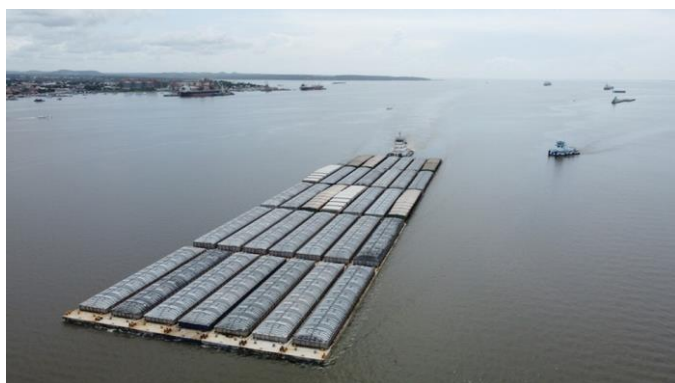


VALOR ECONÔMICO (SP)

HIDROVIAS DO BRASIL DIZ QUE OPERAÇÕES NO CORREDOR NORTE APRESENTAM RESTRIÇÕES EM ALGUNS PONTOS

Segundo a companhia, o clima tem impactando pontualmente a profundidade dos rios da Bacia Amazônica

Por *Fabiana Holtz, Valor — São Paulo*



Megacomboio de barcas de grãos da Hidrovias do Brasil rumo ao Arco Norte — Foto: Divulgação

A Hidrovias do Brasil informou que, com relação a suas operações no Corredor Norte o calado operacional em alguns pontos dessa rota tem apresentado restrições em razão “do período de estiagem superior ao que se observa historicamente durante este período sazonal”. Segundo a companhia, o clima tem impactando pontualmente a profundidade dos

rios da Bacia Amazônica.

Nesse contexto, a companhia reafirma já ter implementado flexibilizações visando se antecipar e continuar operando diante de tal cenário e que seus serviços não foram interrompidos até o presente momento.

A empresa alertou, no entanto, que as atuais limitações operacionais e a continuidade do fenômeno além do período esperado “podem resultar em eventual redução adicional de capacidade no quarto

trimestre”. Isso porque a companhia está navegando com comboios menores e com ciclos maiores que os previstos para o período.

Em comunicado, a empresa que atua no setor de logística e transporte fluvial afirma ainda que o cenário atual não compromete sua estratégia definida para 2023 e 2024 e que continua investindo em aumento de capacidade modular no arco norte para atender a forte demanda para escoamento de grãos produzidos no Brasil.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/11/2023

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DETERMINA A FACEBOOK E GOOGLE QUE RETIREM PROPAGANDA FALSA SOBRE ‘VOA BRASIL’

As propagandas falsas teriam o objetivo aplicar golpe no consumidor por meio de “fraude bancária ou financeira”

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



O programa sequer foi lançado, e as suas regras para participação ainda não foram definidas — Foto: HERMES DE PAULA/Ag?ncia O Globo

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor, expediu nesta quarta-feira medida cautelar para que o Facebook Brasil e o Google Brasil retirem do ar imediatamente as propagandas falsas veiculadas em suas plataformas na internet sobre o Voa Brasil, programa de venda de passagens mais baratas que ainda não foi lançado oficialmente.

De acordo com a secretaria, há “indícios de atuação orquestrada de particulares em fomentar campanhas de desinformação sobre programa governamental”. As propagandas falsas teriam o objetivo aplicar golpe no consumidor por meio de “fraude bancária ou financeira”.

Se não houver a remoção imediata do conteúdo, a Secretaria Nacional do Consumidor poderá aplicar multa diária, além de instaurar processo administrativo sancionador, garantido o prazo para apresentação de defesa.

A medida cautelar foi assinada pelo secretário Wadih Damous. O texto foi publicado na edição desta quarta-feira do “Diário Oficial da União”.

Damous classifica o caso como grave e menciona que as gigantes de tecnologia, as “big techs”, são beneficiadas financeiramente pela veiculação de informação falsa, por meio dos sistemas de impulsionamento de conteúdo.

“Mais uma vez, golpes e fraudes aos consumidores são realizados por meio das plataformas digitais. Tornando ainda mais grave a situação, o conteúdo golpista e fraudulento não é veiculado, simplesmente, por terceiros, mas impulsionado pelas plataformas mediante publicidade paga, o que se reverte em remuneração para as provedoras de conteúdo”, destaca a medida.

Na decisão, a secretaria explica que o Voa Brasil, de iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos, cumprirá o propósito de “disponibilizar passagens aéreas em valores acessíveis a determinados segmentos da população, a fim de democratizar o acesso ao turismo”. Destaca ainda que “o programa sequer foi lançado, e as suas regras para participação ainda não foram definidas, de modo que os benefícios dele decorrentes ainda não foram disponibilizados ao público”.

A fraude pode ocorrer por meio da solicitação de “dados e pagamentos dos destinatários do golpe, mediante anúncios monetizados nas plataformas digitais do conglomerado econômico da Meta e do

Google Brasil, que geralmente redirecionam os consumidores aos sites em que serão operacionalizadas as fraudes, e ludibriando os consumidores”.

“Essas fraudes, além de gerarem os danos ora descritos, também comprometem a credibilidade e a confiança dos consumidores perante a imprensa tradicional, visto que diversos dos ardis são difundidos mediante a realização de montagens e de manipulação audiovisual do legítimo conteúdo jornalístico”, destacou a Secretaria Nacional do Consumidor.

O órgão do Ministério da Justiça ressalta que casos como este “demandam a atuação firme e contundente” do poder público. Para a secretaria, “as plataformas não apenas podem, mas têm o dever jurídico de realizar a moderação e a remoção proativa de conteúdo”, atuação mais contundente que estaria amparada em decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/11/2023

LULA DEVE ANUNCIAR OPERAÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM EM PORTOS E AEROPORTOS, DIZ FONTE

Expectativa é que a operação ocorra “no Galeão, Guarulhos, Santos, Rio de Janeiro s Itaguaí”, segundo uma pessoa próxima do presidente da República

Por Marcelo Ribeiro, Renan Truffi e Caetano Tonet, Valor — Brasília



Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro — Foto: Marcelo Carnaval/Agência O Globo

Após pedido do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, por uma ajuda da União ao Estado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve anunciar nesta quarta-feira (1º) uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos portos e aeroportos, segundo aliados do chefe do Palácio do Planalto envolvidos nas conversas.

A expectativa é que a operação ocorra “no Galeão, Guarulhos, Santos, Rio de Janeiro s Itaguaí”, explicou uma fonte ligada ao presidente.

O anúncio da GLO contradiz uma fala do próprio Lula, que na semana passada disse que não recorreria e que era contra esse tipo de operação

"Nesta semana, tive uma reunião com os três comandantes das Forças Armadas e com o companheiro [José] Múcio [ministro da Defesa] para discutir uma participação dele no Rio de Janeiro. Eu não quero as Forças Armadas, sabe, na favela, brigando com bandido. Não é esse o papel das Forças Armadas. E enquanto eu for presidente não tem GLO. (...) Eu fui eleito a governar esse país e vou governar esse país", disse.

Realizadas exclusivamente por ordem da Presidência da República, as missões de GLO ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, "em graves situações de perturbação da ordem". Na prática, isso significa conceder provisoriamente às Forças Armadas a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade. Desta forma, os militares teriam uma atuação episódica, em área restrita e por tempo limitado".

Segundo Lula, a Aeronáutica e a Marinha podem até ajudar ao governo do Rio de Janeiro, com base num acordo construído pelo ministro da Justiça, Flávio Dino, mas defendeu que o policiamento tem que ser responsabilidade do Estado. Na avaliação do presidente, as últimas GLOs não "resolveram nada".

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/11/2023

BRASIL TEM DESAFIO DE DOBRAR EM UMA DÉCADA ÁREA AGRICULTÁVEL SEM DESMATAMENTO

Para ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Favaro, agronegócio precisa avançar em metas com sustentabilidade, inovação, monitoramento e certificações globais

Por UBS



Sylvia B. Coutinho, Country Head Brazil e Region Lead LatAm no UBS, e o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Favaro. — Foto: Leo Orestes/Glab

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Favaro, afirmou que, apesar dos imensos avanços em tecnologia e produtividade, o agronegócio brasileiro ainda tem muito para evoluir na construção de imagem. “Nós temos que levar aos nossos produtores tudo o que o país tem feito com sucesso, isso é um incentivo à produção sustentável. Ao mesmo tempo, temos que mostrar ao mundo que podemos aumentar muito a nossa produtividade, cumprindo as regras ambientais”,

destacou o ministro durante o Agriculture Investment Conference, realizado pelo UBS¹, em 24 de outubro em São Paulo, e que reuniu autoridades e líderes empresariais do segmento.

O titular da Agricultura enfatizou que o país está diante de uma meta histórica: dobrar em uma década a área agricultável de 40 milhões de hectares expandida nos últimos 40 anos, sem desmatamento. “O Brasil conta com 67 milhões de hectares de área cultivada e 160 milhões de hectares degradados de pastagens. Aos menos 40 milhões de hectares destes últimos são plenamente conversíveis para a produção. Não precisamos cortar mais nenhuma árvore”. Para isso, é preciso atrair investimentos privados que combinem aumento de produção com uma visão de sustentabilidade e inovação tecnológica.

Economia verde

Aurélio Pavinato, CEO da SLC, produtora de grãos na zona de Cerrado em sete estados brasileiros, salientou que, enquanto a produtividade média do campo no mundo cresce 1,4% ao ano, no Brasil ela atinge 3,6%. A questão agora é evoluir o modelo. “A primeira etapa de crescimento do agro foi a produtividade, mas agora estamos mudando para a etapa da sustentabilidade”, afirmou.

Aurélio Pavinato, CEO da SLC. — Foto: Leo Orestes/Glab

A demanda por uma economia verde, capaz de fazer frente ao câmbio climático, e a preservação do meio ambiente, sem criar uma crise global de insegurança alimentar, colocam o Brasil em posição competitiva muito favorável. Ricardo Faria, fundador da Granja Faria, que produz 16 milhões de ovos por dia, lembra que, há 10 anos, milho e soja eram usados basicamente para ração animal, realidade que está mudando rapidamente com o avanço dos biocombustíveis. Ele aponta que somente uma empresa, a Inpasa, já consome 5% da produção nacional de soja para a produção de biodiesel.



“Tudo leva a crer que os Estados Unidos deixarão de exportar soja em alguns anos, porque vão canalizar a produção para biocombustíveis de segunda geração, os HVOs”, disse, em referência aos Hydrotreated Vegetable Oil, que são 100% renováveis por não usarem nenhum insumo derivado de combustível fóssil na composição.

Mauro Mendes, o governador do Mato Grosso, maior produtor de milho do país, com safra de 52,5 milhões de toneladas em 2022, ressaltou que o biocombustível precisa ser reconhecido a principal

alternativa brasileira para a transformação energética. “Temos um potencial imenso de produção de etanol de milho e biodiesel. Não podemos cair no modismo do carro elétrico, que pode fazer sentido em outros países, mas que demanda uma tecnologia que não possuímos, enquanto somos pioneiros no mundo em combustíveis renováveis”, afirmou. O Mato Grosso saiu na frente e já é em etanol de milho do país, com 4,4 bilhões de litros no ano passado.

Investimentos em inovação

A oportunidade de liderar a transformação verde traz de volta a questão da imagem do agronegócio brasileiro, baseada em melhores práticas sustentáveis e alta qualidade, para a expansão internacional. Favaro destacou que o governo brasileiro tem investido nos últimos 10 meses na diversificação comercial. Foram 53 novos mercados abertos desde o início do ano, como a venda de carne bovina para o México, uma negociação que se arrastava há 20 anos. O governo também aprovou a venda de carne de frango com certificação Kosher para Israel, o maior consumidor per capita da proteína do mundo e com alto valor agregado. Mais emblemático, de acordo com Favaro, foi abrir exportações de algodão para o Egito. “Equipamos o nosso produto ao país reconhecido pelo melhor algodão do mundo”, disse.

Para que o país conquiste essa percepção de excelência e sustentabilidade, por sua vez, é preciso ampliar investimentos em tecnologia, rastreabilidade e certificações, o que ainda é um gargalo importante. Eduardo Miron, CEO da Frigol, ressalta que o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem excesso de produção de bovinos para exportar e possui plantas de abate com controles sanitários muito bons. O país, porém, carece de uma ação coordenada para certificação e exportações. “Não existe uma colaboração visando construir um modelo integrado para vender lá fora; cada empresa, cada estado e até cada município faz do seu jeito. Existe falta de liderança forte para que se definam as regras comuns”, enfatiza.



Eduardo Miron, CEO da Frigol. — Foto: Leo Orestes/Glab

O governador mato-grossense também enfatizou outro gargalo regulatório: a falta de um modelo integrado nos organismos internacionais para avaliar as barreiras ambientais, baseada nas legislações de cada país ou bloco econômico. “Muito do que se está colocando como barreira ambiental é, na verdade, barreira comercial. O Brasil precisa se precaver a essa situação”, salientou Mendes.

Some-se a isso os problemas históricos na logística, seja na malha de transportes a estrutura portuária, ou na construção de silos para a estocagem da safra de grãos. “A infraestrutura ainda é um problema muito grande para a competitividade do agro, mas o novo PAC, que tem entre as suas prioridades o setor rodoferroviário, será um vetor importante de investimentos”, adiantou o ministro da Agricultura.

¹ Credit Suisse, a UBS Group Company.

Este material é meramente informativo e não constitui nenhum tipo de análise de valores mobiliários, recomendação ou prestação de serviço de qualquer natureza.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/11/2023

OSX CONSEGUE LIMINAR QUE SUSPENDE PRAZO DE COBRANÇA DE OBRIGAÇÕES E DÍVIDAS POR 60 DIAS

Segundo a empresa, a decisão levará a uma mediação adequada e necessária à reestruturação de suas obrigações, levando em conta interesses dos credores e a continuidade das suas operações

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação

A OSX informou ao mercado que obteve decisão liminar na Justiça do Rio de Janeiro suspendendo pelo prazo de 60 dias a cobrança de obrigações e dívidas da companhia.

Em outubro, a companhia havia sido notificada pela operadora do Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), que não iria prorrogar o acordo de suspensão de cobranças (“standstill”) assinado em 2018.

A justiça do Rio ainda encaminhou OSX e Porto de Açu para mediação mediante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem para buscarem uma composição amigável da reestruturação das obrigações.

Segundo a empresa, a decisão levará a uma mediação adequada e necessária à reestruturação de suas obrigações, levando em conta interesses dos credores da OSX e a continuidade das suas operações.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/11/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ARRECADAÇÃO DO AFRMM TEM QUEDA DE 65% NO ACUMULADO DO ANO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 01/11/2023 - 18:04



Arquivo/Divulgação

Valor arrecadado nos 9 primeiros meses do ano totalizou R\$ 2,5 bilhões. De janeiro a setembro, não houve registro de ressarcimento às EBNs da parcela que lhes cabe do adicional

Os valores arrecadados no Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) totalizaram R\$ 2,5 bilhões no acumulado dos nove primeiros meses de 2023. O montante ficou 65% abaixo dos R\$ 7 bilhões arrecadados no mesmo

período de 2022. No terceiro trimestre, a arrecadação bruta ficou em R\$ 788 milhões, 51% abaixo do apurado entre julho e setembro do ano passado (R\$ 1,6 bilhão). As informações constam no relatório trimestral do AFRMM consolidado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

A arrecadação líquida nos nove primeiros meses do ano ficou em R\$ 2,4 bilhões, 64% abaixo do mesmo período do ano passado (R\$ 6,6 bilhões). No terceiro trimestre, a arrecadação líquida caiu 48,5% em relação ao mesmo período de 2022, passando de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 784 milhões. Os valores líquidos incluem os itens relativos à emenda constitucional 93/2016, que desvincula os 30% das receitas de contribuições sociais, impostos, taxas e multas da União até o final de 2023 (DRU), bem como a parcela que cabe ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) referente aos fundos: Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (3%); do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo – FDEPM (1,5%); e Naval – FN (10,40%).

No terceiro trimestre, cada um desses itens (FMM, DRU, FNDCT, FDEPM e FN) teve variação negativa de aproximadamente 49% na comparação ano a ano, uma vez que são proporções fixas da arrecadação total.

O quantitativo de recursos arrecadados ao FMM (receita total) no terceiro trimestre foi de R\$ 1,4 bilhão, 33% abaixo dos R\$ 2 bilhões no mesmo período de 2022. No acumulado do ano, esse quantitativo ficou em R\$ 4,3 bilhões, com variação negativa de 42% em relação aos nove primeiros meses do ano passado (R\$ 7,5 bilhões).

O relatório traz ainda que, de julho a setembro de 2023, foram aplicados R\$ 210,6 milhões de recursos do FMM, 44% abaixo dos R\$ 378 milhões desembolsados no mesmo período de 2022. Do total no 3T23, R\$ 193,2 milhões foram para financiamento de projetos de embarcações, 30% abaixo dos R\$ 276,6 milhões no terceiro trimestre do ano passado. Já os repasses dos agentes financeiros para estaleiros cresceram 28%, passando de R\$ 10,8 milhões para R\$ 13,8 milhões, na comparação entre trimestres.

Ao todo, R\$ 384 milhões foram direcionados ao financiamento de embarcações nos nove primeiros meses do ano, queda de 26% em relação ao mesmo período de 2022 (R\$ 516 milhões). De janeiro a setembro de 2023 foram contabilizados R\$ 36,2 milhões referentes a empréstimos para projetos de estaleiros, alta de 0,6% sobre os R\$ 36 milhões computados de janeiro a setembro de 2022.

De janeiro a setembro, assim como em todo o ano passado, não houve nenhum registro de ressarcimento às empresas brasileiras de navegação (EBNs) da parcela que lhes cabe do AFRMM. Esses valores correspondem às parcelas que deixaram de ser recolhidas em razão dos casos de não incidência previstas nas leis 9.432/1997 e 10.893/2004. Já o ressarcimento relativo à Receita Federal somou R\$ 3,6 milhões no terceiro trimestre do ano, 96% abaixo dos R\$ 90,7 milhões de julho a setembro de 2022. No acumulado do ano, este ressarcimento soma R\$ 61 milhões, 85% a menos que nos nove primeiros meses de 2022 (R\$ 417,5 milhões).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/11/2023

FEDERAÇÕES DEFENDEM QUE FÓRUM APROFUNDE DEBATE SOBRE RECURSOS PARA TREINAMENTOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 31/10/2023 - 20:37



Arquivo/Divulgação

Propostas foram apresentadas durante lançamento de grupo permanente do MPor para temas envolvendo trabalhadores portuários

Representantes de trabalhadores portuários defenderam, nesta terça-feira (31), uma agenda que busque a aplicação efetiva da legislação e um sistema que destine, de maneira adequada, recursos para treinamentos e capacitação. As sugestões foram apresentadas durante o lançamento do Fórum

Permanente dos Trabalhadores Portuários, em Brasília. O grupo, coordenado pela Secretaria Nacional de Portos, terá a primeira reunião nos próximos 15 dias. No evento, a secretária da pasta, Mariana Pescatori, contou que o primeiro encontro do fórum definirá o estatuto e o cronograma de reuniões mensais a serem realizadas em 2024.

Mariana acrescentou que o fórum vai tratar dos normativos relacionados à organização e à formação no setor, bem como à qualificação técnica e à valorização dos trabalhadores. O fórum terá a participação de três das principais federações de trabalhadores (portuários, estivadores e conferentes), que levarão os temas para discutir na ponta, com os cerca de 150 sindicatos de classe.



O grupo criado pelo governo tem ainda a participação da Fenop (setor laboral e empresarial), Abep (autoridades portuárias) e representantes do Ministério de Portos e Aeroportos (MPr).

No lançamento, o ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que o fórum vai discutir as pautas prioritárias do setor e buscará previsibilidade, acompanhando de maneira permanente projetos que possam ajudar ou prejudicar o setor dentro do Congresso. Costa Filho disse que é preciso perseguir uma agenda de qualificação e capacitação profissional. Ele também sugeriu um diálogo com a Marinha e sugeriu que, futuramente, seja avaliado se as entidades setoriais podem operacionalizar alguns cursos e receber repasses para algum tipo de qualificação. Segundo o ministro, a Secretaria de Portos ficará responsável por estudar essa possibilidade.

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, destacou a urgência de uma solução quanto à disponibilização de recursos para treinamentos. Ele ressaltou que, em média, somente 4% a 5% do que o setor empresarial paga anualmente retornam efetivamente para treinamentos — sem falar em problemas vivenciados na qualidade do treinamento disponibilizado. "Precisamos fazer adequações na legislação do trabalho e na gestão do trabalho portuário. Sabemos que temos desafios. Mas, dialogando, avançamos juntos", afirmou Aquino.

O diretor-presidente da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios, nas Atividades Portuárias (FENCCOVIB), Mário Teixeira, defendeu o cumprimento da Lei 12.815/2013 em relação à qualificação e ao treinamento dos trabalhadores. A entidade considera que os órgãos gestores de mão de obra (Ogmos) têm obrigação de treinar, mas aponta a necessidade de renovação dos quadros dos trabalhadores portuários avulsos (TPAs), por entender que estão defasados. Teixeira também criticou que a criação de TUPs (terminais de uso privado) prejudicam a requisição de trabalhadores portuários no sistema.

O diretor-presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), José Adilson Pereira, endossou que, na prática, o atual sistema desemprega, na medida em que os recursos aplicados pelo setor patronal não chegam integralmente para o treinamento dos trabalhadores. "O sistema hoje está desempregando, porque o trabalhador não está sendo treinado como a tecnologia tem avançado nos portos brasileiros. E somos acusados de não ter capacidade para exercer nossa profissão", lamentou.

Pereira defendeu que a aplicação de toda a legislação portuária seja consolidada e, na sequência, se discuta como o setor pode melhorar e avançar. Ele listou portos que precisam acessar os quadros dos Ogmos para gerar empregos: Santos (SP), Maranhão, Rio de Janeiro (RJ), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS), Itacoatiara (AM), Pará e São Sebastião (SP). A FNE considera que o fórum será positivo para identificar pontos de evolução, funcionando como um 'olho externo' dos problemas enfrentados. A federação entende que a lei é vocacionada à negociação coletiva. "Muito do que não acontece é porque as negociações coletivas não evoluíram como deveriam — por culpa dos trabalhadores e dos empregadores", alegou.

Na semana passada, o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, também havia chamado a atenção para a necessidade de que os recursos destinados à qualificação do trabalhador portuário retornem ao setor privado para qualificação do trabalhador. "Não podemos contribuir com R\$ 45 milhões e termos um retorno de R\$ 4 milhões. É um dinheiro do privado para uma determinada finalidade e que não está retornando [para o privado]. Temos que resolver esse problema", apontou Barbosa durante o '10º Encontro ATP: Uma década da Lei dos Portos', promovido pela associação.

Na ocasião, ele disse que houve um retrocesso no trabalho portuário nos últimos anos e que precisa ser rediscutido. A ATP buscou uma aproximação com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a fim de levar ao tribunal uma visão do empresariado sobre as temáticas do trabalho portuário. Ele mencionou que, desde 1966, os TUPs tinham liberdade de contratação e mencionou que, recentemente, um acórdão do TST determinou que os autorizatários devem requisitar, via ogmo,

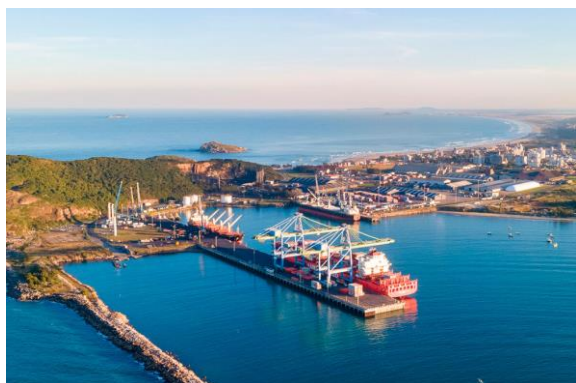
para o trabalho vinculado. “Precisamos pegar o benchmarking internacional e evoluir muito nisso porque, de alguma forma, está atingindo os TUPs”, comentou Barbosa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2023

CHUVAS EM SANTA CATARINA PROVOCAM ATRASOS NO DESEMBARQUE DE CONTÊINERES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 31/10/2023 - 19:03



Importadores que desembarcam por Santa Catarina estão enfrentando um caos com atrasos no desembarço aduaneiro, cobranças adicionais de armazenagem e demurrage

As fortes chuvas e cheias dos rios que cortam Santa Catarina estão causando prejuízos no comércio internacional. Com o volume elevado de chuvas no mês de outubro, a forte correnteza do Rio Itajaí-Açu provocou assoreamento na barra que dá acesso aos portos de Itajaí e Navegantes.

O calado no canal de acesso aos portos que normalmente é de 14m baixou para 12,5m e o Porto de Navegantes teve que ficar fechado do dia 4 até 21 de outubro. No Porto de Itajaí existe um problema adicional com indefinição da empresa que ficará responsável pela operação do terminal.

Diante das dificuldades de acesso aos principais portos de Santa Catarina, vários navios foram desviados para os portos de Imbituba/SC, Itapoá/SC, Paranaguá/PR ou Santos/SP. O aumento súbito da movimentação de contêineres no Porto de Imbituba ocasionou vários problemas operacionais por falta de estrutura adequada, atrasos na liberação de cargas e uma série de prejuízos aos importadores, segundo nota divulgada pela Associação Brasileira dos Importadores e Distribuidores de Pneus (Abidip).

O Sindicato das Empresas de Comércio Exterior do Estado de Santa Catarina (Sinditrade), em conjunto com o Sindicato dos Despachantes (Sindaesc) e o Sindicato das Agências de Navegação (Sindasc), notificou a empresa responsável pela operação do terminal de Imbituba — a Santos Brasil — apontando falhas na operação.

De acordo com a nota, os importadores ou seus representantes, em decorrência de recentes alterações do porto de descarga, foram surpreendidos pela baixa operacionalidade do Terminal Santos Brasil em Imbituba.

“As cargas (contêineres) se encontram armazenadas nos pátios de maneira não sequencial em relação ao seu descarregamento, ou seja, não se verifica qualquer organização por ruas ou pateamento, o que inviabiliza o carregamento das unidades em transferência por trânsito aduaneiro (DTAs) ou mesmo liberadas, em qualquer prazo razoável ou até mesmo previsível”, relata a Abidip.

A situação vem penalizando triplamente os importadores que, além dos atrasos na liberação de suas cargas, serão taxados pela armazenagem e penalizados com o demurrage, multa diária para devolução dos contêineres aos armadores, disse Ricardo Alípio, presidente da Abidip.

“Em grande número de casos, mesmo com o pagamento da armazenagem, a carga não é carregada por ineficiência operacional do terminal de Imbituba, que não consegue encontrar e disponibilizar a carga no dia e hora agendados. Disso decorre uma cobrança de armazenagem adicional e nova programação de carregamento”, afirmou Alípio.

Em nota oficial a Santos Brasil reafirmou seu compromisso com a eficiência, divulgando uma série de medidas que estariam sendo tomadas, entre as quais a operação 24 horas por dia, reforço da equipe



com 20 trabalhadores operacionais e contratação de um pátio de triagem emergencial, diminuindo o impacto de veículos no entorno do porto.

Como medida mitigadora, o governador de Santa Catarina editou um decreto permitindo que as cargas que estavam previstas para desembarcar no estado sejam descarregadas em outros portos, com posterior trânsito aduaneiro, mas aproveitando os benefícios fiscais catarinenses.

A avaliação da Abidip é de que o decreto é inócuo na medida em que esse trânsito de contêineres já poderia ser realizado normalmente e, o mais lógico e necessário, seria a isenção dos custos adicionais pelos atrasos.

A SCPAR Porto de Imbituba publicou em seu portal, no dia 25 de outubro, a seguinte nota oficial:

"Operação de contêineres em Imbituba

A SCPAR Porto de Imbituba informa a toda comunidade e clientes que, tendo em vista o elevado número de contêineres que passaram a ser atendidos no Terminal de Contêineres da Santos Brasil em Imbituba nas últimas semanas, estão sendo constatadas dificuldades de atendimento e liberação dessas cargas. Para se ter uma dimensão mais clara da situação, são movimentados no Porto de Imbituba, em média, 5.000 TEUs (contêineres de 20 pés) por mês, principalmente de cabotagem. Com o redirecionamento das cargas, Imbituba recebeu em pouco mais de uma semana cerca de 7.000 contêineres do exterior.

A demanda excepcional é devido ao fechamento de barra do rio Itajaí-Açu, que afetou diretamente os portos daquela região, tendo sido o Porto de Imbituba a solução logística viável para minimizar a impossibilidade de atracação de navios e evitar o desabastecimento de mercadorias no Estado de Santa Catarina.

Cabe ressaltar que, como porto público, a administração da infraestrutura do Porto é realizada pela Autoridade Portuária, por meio da SCPAR Porto de Imbituba, e toda a operação de contêineres é de responsabilidade da Santos Brasil, arrendatária do terminal específico da carga, a qual está gerenciando essas operações.

Desde o primeiro momento, estamos mantendo contato permanente com os envolvidos (Santos Brasil, comunidade empresarial do comércio exterior catarinense, Antaq, MAPA, Polícia Militar, Prefeitura, dentre outros). Foram realizadas fiscalizações e reuniões com o objetivo de compartilhar informações sobre as medidas adotadas e de agilizar a operação. A Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina também está acompanhando a situação, tendo o secretário-adjunto, Robison Coelho, participado das reuniões.

A Santos Brasil reforçou seu comprometimento com a eficiência operacional e informou as seguintes ações em andamento para agilizar a liberação de cargas:

A arrendatária passou a atuar 24 horas por dia;

A equipe foi reforçada com 20 trabalhadores operacionais, além do apoio da equipe de registro, captação, prontidão de carga, comercial, documentação e relacionamento da unidade de Santos (SP);

Contratação de pátio de triagem emergencial, diminuindo impacto de veículos no entorno do Porto (atualização em 26/10 – pátio disponibilizado no Posto Simon, localizado às margens da BR-101);

Comunicação da evolução na disponibilidade de equipamentos de movimentação de cargas, visto que a empresa está buscando a locação de mais reach stackers;

Solicitação da lista de contêineres parametrizados pelo MAPA;



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 182/2023
Página 56 de 56
Data: 01/11/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Manutenção da transparência de informações junto aos órgãos intervenientes e clientes, informando-os da situação.

Por parte da Autoridade Portuária, além da mediação da questão, a SCPAR está realizando a fiscalização operacional e prestando todo o apoio possível, 24 horas por dia, com suas equipes de operações, segurança, administrativa etc., para auxiliar nas dificuldades encontradas"

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 01/11/2023